

OFÍCIO Nº SD-OFO-2025/01001

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2025.

A Sua Senhoria o Senhor,
ROGERIO DO AMARAL VARELA
Presidente do SNTPV
Sindicato Nacional dos Trabalhadores na Proteção ao Voo - SNTPV
Av. Franklin Roosevelt, 194 - Sls. 802/803 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ- CEP: 20021-120
Tels.: 21 98557-6720
E-mail: secretaria@sntpv.org.br / sntpvrio@gmail.com

Assunto: Proposta de Acordo Coletivo de Trabalho 2025–2027

Senhor Presidente do SNTPV,

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente e conforme delegação da Diretoria Executiva da NAV Brasil, encaminho em anexo a Proposta de Acordo Coletivo de Trabalho oferecida por esta Empresa para vigorar no período de 2025/2027.
2. Como tratado na reunião realizada na data de hoje, a NAV Brasil solicita que, após a realização de 15 (quinze) encontros ao longo dos últimos meses, a proposta ora remetida seja levada para votação em Assembleia para deliberação por parte dos empregados.
3. Reiteramos que a Proposta está dentro dos limites máximos autorizados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), bem como dos parâmetros da CGPAR nº 52, do impacto financeiro decorrente do novo PCS (em análise na SEST) e da sustentabilidade da empresa.
4. Ficamos no aguardo das devidas providências e à disposição para esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

- assinado eletronicamente -

JEFFERSON LUIS FERREIRA MARTINS
Coordenador do Comitê de Relações Institucionais

Classif. documental	020.031
---------------------	---------

NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea - NAV Brasil

Assinado com senha por JEFFERSON LUIS FERREIRA MARTINS.
Documento Nº: 458625-6510 - consulta à autenticidade em <https://siga.navbrasil.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=458625-6510>



SDOFO202501001A

Acordo Coletivo NAV Brasil 2025

CLÁUSULA 1ª - CORREÇÃO SALARIAL

A NAV Brasil reajustará a Tabela Salarial e os benefícios vigentes em 30 de abril de 2025, aplicando o percentual de 5,53%, com efeitos econômicos a partir de 1º de maio de 2025, ressalvado o disposto no Parágrafo 1º desta Cláusula.

Parágrafo 1º - Especificamente quanto ao benefício de Auxílio de Assistência à Saúde, será aplicado o reajuste no percentual de 6,99%, na forma prevista na Cláusula 46, com efeitos econômicos a partir de 1º de maio de 2025.

Parágrafo 2º - A partir de 1º de maio de 2026, aplicar-se-á o percentual de 100% (cem por cento) do INPC, do período de 1º de maio de 2025 a 30 de abril de 2026, mais 1% de ganho real sobre a Tabela Salarial e os benefícios vigentes.

Parágrafo 3º - Até 20 (vinte) dias úteis da assinatura deste Acordo, a NAV Brasil pagará um abono de caráter indenizatório no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), a ser creditado na conta salário de todos os empregados(as) com contrato de trabalho ativo no mês de pagamento do citado abono, conforme disposto na Cláusula 84 deste Instrumento.

CLÁUSULA 2ª - PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

O pagamento mensal do salário dos empregados será efetuado até o 1º dia útil de expediente bancário do mês subsequente ao trabalhado.

Parágrafo Único - No caso de alteração na legislação vigente, durante a vigência deste Acordo Coletivo de Trabalho, para uma condição mais favorável para o(a) empregado(a), esta será automaticamente adotada pela NAV Brasil.

CLÁUSULA 3ª - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Ao(à) empregado(a) admitido(a) até o dia 30 de abril de 1995, é assegurado pela NAV Brasil o pagamento de um adicional por tempo de serviço, conforme Norma Interna em vigor, que estabelece tabela a seguir:

TEMPO DE SERVIÇO	PERCENTUAL	TEMPO DE SERVIÇO	PERCENTUAL
1 ano	1,00%	13 anos	16,83%
2 anos	2,00%	14 anos	18,58%
3 anos	3,00%	15 anos	20,36%
4 anos	4,00%	16 anos	22,17%
5 anos	5,00%	17 anos	24,00%
6 anos	6,31%	18 anos	25,86%
7 anos	7,64%	19 anos	27,75%
8 anos	8,99%	20 anos	29,67%
9 anos	10,35%	21 anos	31,61%
10 anos	11,73%	22 anos	33,58%



TEMPO DE SERVIÇO	PERCENTUAL	TEMPO DE SERVIÇO	PERCENTUAL
11 anos	13,40%	23 anos em diante	35,00%
12 anos	15,11%		

Tabela 1: Adicional de Tempo de Serviço para empregados admitidos até 30 de abril de 1995.

Parágrafo 1º - O(a) empregado(a) admitido(a) após 30/04/1995 fará jus ao recebimento do adicional de 1% (um por cento) da sua categoria/padrão salarial, para cada ano de serviço prestado.

Parágrafo 2º - Fica mantido limite máximo de 35% (trinta e cinco por cento) de adicional por tempo de serviço.

CLÁUSULA 4ª - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS

A forma de pagamento do programa de Participação nos Lucros ou Resultados para os empregados obedecerá aos acordos específicos entabulados em consonância com o que dispõe a legislação sobre o tema.

CLÁUSULA 5ª - FACILIDADES PARA O RECEBIMENTO DOS SALÁRIOS

A NAV Brasil realizará o pagamento dos salários aos empregados por estabelecimento bancário, assegurando:

- a) que não haja atraso no recebimento dos salários; e
- b) a disponibilização, por meio eletrônico, dos contracheques antes da data do pagamento.

CLÁUSULA 6ª - INCORREÇÕES NO PROCESSAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Nos casos de incorreções de valores no processamento da folha de pagamento, inclusive dos benefícios concedidos, detectados até o 5º (quinto) dia útil, a NAV Brasil assegurará o reembolso, ao(à) empregado(a) prejudicado, no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data do pagamento mensal dos salários, quando a parcela a ser reembolsada for igual ou superior a 10% (dez por cento) da remuneração do(a) empregado(a).

Parágrafo 1º - As incorreções detectadas após o 5º (quinto) dia útil serão acertadas na Folha de Pagamento do mês subsequente.

Parágrafo 2º - Quando a parcela a ser reembolsada for inferior a 10% (dez por cento) da remuneração do(a) empregado(a), será efetuado o acerto na Folha de Pagamento do mês subsequente ao da ocorrência de tais incorreções.



Parágrafo 3º - A parcela superior ou igual a 10% (dez por cento) da remuneração do(a) empregado(a), paga indevidamente, será recolhida pelo mesmo à tesouraria da Empresa, no prazo de 8 (oito) dias úteis, respeitado o limite máximo de 10% da remuneração do mês, a contar da data do pagamento mensal dos salários, se notificado ou não pelo órgão de pessoal da Empresa.

Parágrafo 4º - Nos casos de incorreções detectadas após o prazo estabelecido no parágrafo anterior, o desconto será efetuado pela Empresa na Folha de Pagamento do mês subsequente, respeitado o limite máximo de 10% da remuneração do mês. Não havendo valor líquido suficiente para comportar o desconto, o(a) empregado(a) será notificado(a) a devolver a importância recebida indevidamente à Empresa, até o mês subsequente ao do pagamento indevido.

Parágrafo 5º - Quando a parcela paga indevidamente ao(à) empregado(a) for inferior a 10% (dez por cento) da sua remuneração, será efetuado o acerto na Folha de Pagamento do mês subsequente ao da ocorrência das incorreções.

Parágrafo 6º - As parcelas salariais e quaisquer adicionais em atraso serão pagos com base no salário vigente à data do efetivo pagamento.

CLÁUSULA 7ª - ANTECIPAÇÃO DE BENEFÍCIO

Ao(à) empregado(a) com auxílio ainda não deferido pela Previdência Social, a Empresa manterá seu salário em dia por até 30 (trinta) dias após os primeiros 15 (quinze) dias consecutivos ao do afastamento, limitado esse direito à data do deferimento ou indeferimento pela Previdência Social.

Parágrafo único - A antecipação prevista no caput desta Cláusula será reembolsada pelo beneficiário à Empresa na mesma forma prevista nos Parágrafos 3º, 4º e 5º da Cláusula 6ª.

CLÁUSULA 8ª - ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO

A NAV Brasil adiantará 50% (cinquenta por cento) do 13º salário aos(às) empregados(as) que ainda não o receberam por ocasião das férias, ou que formalmente não o tenham recusado, na folha de pagamento do mês de julho.

Parágrafo único - Os(as) empregados(as) que gozaram ou vierem a gozar férias até o mês do efetivo pagamento deste adiantamento, e que fizeram ou vierem a fazer opção pelo adiantamento do 13º salário, receberão a diferença correspondente quando do recebimento da segunda parcela.

CLÁUSULA 9ª - SUBSTITUIÇÃO NÃO EVENTUAL

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o(a) empregado(a) designado(a) para substituir outro(a) empregado(a) fará jus, proporcionalmente ao período da substituição:

a) à diferença entre o valor do seu salário base e o valor da Remuneração Global ou da Função Gratificada estabelecidas para a Função de Confiança ou Cargo em Comissão do substituído, prevalecendo o mais vantajoso para o empregado substituto;



b) caso o substituto seja titular de Função de Confiança ou Cargo em Comissão, os valores percebidos a título de Remuneração Global ou da Função Gratificada devem ser computados para o cálculo da substituição;

c) para o substituto que recebe incorporação de função judicial, o valor correspondente também deverá ser computado no cálculo da substituição somente no caso em que a remuneração global do cargo em comissão do substituído seja mais vantajosa;

d) o pagamento da substituição não eventual ocorrerá mesmo que o titular se ausente do trabalho e permaneça na localidade de lotação.

Parágrafo 1º - Considerar-se-á substituição não eventual, aquela em que o titular se afastar por período igual ou superior a 5 (cinco) dias corridos, remunerando-se o(a) empregado(a) desde o 1º (primeiro) dia e enquanto perdurar a substituição.

Parágrafo 2º - Ao empregado que labora em regime de escala, considerar-se-á substituição não eventual, aquela em que o titular se afastar por período igual ou superior a 3 (três) dias corridos.

Parágrafo 3º - A substituição não eventual iniciar-se-á a contar da data em que o(a) empregado(a) for designado, por escrito, o qual receberá cópia do respectivo documento.

Parágrafo 4º - As parcelas salariais percebidas em razão de substituição não eventual terão sua média duodecimal computada para cálculo da remuneração de férias, adicional de férias, 13º salário, aviso prévio e indenização.

CLÁUSULA 10ª - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

A NAV Brasil efetuará o pagamento das horas extras efetivamente trabalhadas, aplicando os adicionais que se seguem, aí já incluído o respectivo valor correspondente ao adicional legal e constitucional:

I – Para o(a) empregado(a) que labora em horário administrativo:

a) quando convocado(a) pela NAV Brasil para trabalhar nos sábados, domingos ou feriados, o empregado terá todas as horas efetivamente trabalhadas pagas com adicional de 100% (cem por cento), garantido o salário desses dias;

b) quando convocado(a) pela NAV Brasil para trabalhar nos dias de ponto facultativo autorizado pela NAV Brasil, o empregado fará jus ao pagamento de todas as horas trabalhadas nesses dias, até o limite de sua jornada normal de trabalho, sem prejuízo do salário dos respectivos dias; e

c) quando convocado(a) pela NAV Brasil para trabalhar nos dias de segunda a sexta-feira, além da jornada normal e que não coincidam com feriados, o empregado terá estas horas extras trabalhadas pagas com adicional de 50% (cinquenta por cento);

II – Para o(a) empregado(a) que labora em regime de escala de serviço:



a) quando convocado(a) pela NAV Brasil para trabalhar nos dias de sua folga e nos feriados, o empregado terá todas as horas efetivamente trabalhadas pagas com o adicional de 100% (cem por cento), garantido o salário dos referidos dias;

b) quando convocado(a) pela NAV Brasil para trabalhar nos dias de ponto facultativo autorizado pela NAV Brasil, o empregado fará jus ao pagamento de todas as horas trabalhadas nesses dias, até o limite de sua jornada normal de trabalho, sem prejuízo do salário dos respectivos dias;

c) quando convocado(a) para trabalhar nos sábados ou domingos, além da sua jornada normal diária, não coincidentes com sua folga ou feriados, terá todas essas horas pagas como hora extra 100% (cem por cento); e

d) quando convocado(a) para trabalhar nos dias de segunda a sexta-feira, além da jornada normal, não coincidentes com dias de sua folga ou feriados, o empregado terá estas horas extras trabalhadas pagas com adicional de 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo 1º - As horas extras, com os adicionais acima citados, serão pagas com valores correspondentes ao salário percebido pelo(a) empregado(a) no mês de efetivo pagamento.

Parágrafo 2º - Ao(à) empregado(a) convocado(a) pela Empresa para participar de reuniões ou reciclagens exigidas para o exercício de suas atividades fora do horário de trabalho e sem o recebimento de Diárias de Viagens, exceto quando formalmente optar pela sua participação em cursos não obrigatórios oferecidos pela Empresa, fará jus ao pagamento do período que efetivamente participar do evento, como horas extras, nos mesmos percentuais estabelecidos nesta Cláusula, respeitado o intervalo de descanso de 11 (onze) horas entre uma e outra jornada de trabalho, facultada a compensação, nos termos do parágrafo 7º desta Cláusula. A NAV Brasil envidará esforços para, dentro do possível, evitar a convocação do(a) empregado(a) em dia de sua folga.

Parágrafo 3º - No cálculo das horas extras serão consideradas ainda as seguintes parcelas:

- a) Adicional de periculosidade;
- b) Adicional de insalubridade;
- c) Adicional de transferência;
- d) Adicional por tempo de serviço;
- e) Adicional de Incentivo ao Estudo.

Parágrafo 4º - Para efeito de pagamento da remuneração das férias e do 13º salário, o valor da hora extra será proporcional aos meses de recebimento, nos respectivos períodos aquisitivos.



Parágrafo 5º - Ao(à) empregado(a) convocado(a) pela NAV Brasil para realizar exames médicos/laboratoriais e/ou clínicos fora da jornada normal de trabalho e sem o recebimento de Diárias de Viagens, será assegurado o pagamento das horas de duração dos respectivos exames, como horas extras, observados os mesmos índices e dias previstos no Caput e respeitado o intervalo de descanso de 11 (onze) horas entre uma e outra jornada de trabalho, facultada a compensação nos termos do parágrafo 7º desta Cláusula. A NAV Brasil envidará esforços para, se possível, evitar a convocação do(a) empregado(a) em dia de sua folga.

Parágrafo 6º - A supressão pela NAV Brasil do trabalho em horas extras prestadas com habitualidade durante pelo menos 1 (um) ano, assegurará ao(à) empregado(a) o direito à indenização correspondente ao valor de um mês das horas suprimidas, para cada ano ou fração igual ou superior a 6 (seis) meses de prestação de serviço acima da jornada normal. O cálculo observará a média das horas extras efetivamente trabalhadas dos últimos 12 (doze) meses, multiplicada pelo valor das horas extras do dia da supressão.

Parágrafo 7º - As horas extras efetivamente trabalhadas e autorizadas, que não estejam previstas em acordos específicos de compensação entre as partes, deverão ser pagas:

a) caso o(a) empregado(a) opte pela compensação das horas extras trabalhadas, poderá fazê-lo de comum acordo com a NAV Brasil. A compensação deverá ocorrer em até 6 (seis) meses após a data de registros dessas horas extras, sendo pagas, pela NAV Brasil, aquelas não compensadas ao final desse prazo, no mês subsequente;

b) poderá o(a) empregado(a), durante o período estabelecido na alínea "a" do presente parágrafo, optar pela conversão das horas extras, em pecúnia, a serem pagas pela NAV Brasil no mês subsequente ao da opção;

c) o pagamento das horas extras, não acordadas para a compensação, deverá ocorrer até o mês subsequente à realização.

Parágrafo 8º - A NAV Brasil fornecerá Vale Refeição ou Alimentação aos(às) empregados(as), nos dias em que este excepcionalmente prorrogar sua jornada de trabalho em 2 (duas) ou mais horas de trabalho extraordinário observado o seguinte:

a) quando o(a) empregado(a) prorrogar sua jornada de trabalho em mais de 2 (duas) horas, até 3 (três) horas de sua jornada de trabalho, o valor de cada vale será de 50% (cinquenta por cento) do valor facial do Vale Refeição do Programa de Alimentação, excluídas as hipóteses previstas nos parágrafos 2º e 5º desta Cláusula;

b) quando o(a) empregado(a) prorrogar sua jornada de trabalho além de 3 (três) horas de sua jornada de trabalho, o valor de cada vale será igual ao valor facial do Vale Refeição do Programa de Alimentação, excluídas as hipóteses previstas nos parágrafos 2º e 5º desta Cláusula;

c) os vales de que trata esta Cláusula serão entregues ao(à) empregado(a), juntamente com os vales do mês subsequente, para que a NAV Brasil tenha tempo suficiente para a aquisição dos mesmos;

d) sobre estes vales haverá a participação do empregado, com base na Tabela constante da Cláusula 56 deste Acordo Coletivo de Trabalho.



Parágrafo 9º - Não se caracteriza como hora extra, a prorrogação da jornada de trabalho do(a) empregado(a), para o exercício de atividades decorrentes da realização de estágio curricular.

Parágrafo 10º - Atendendo o disposto no Parágrafo 2º do art. 3º da CLT, não será considerado tempo à disposição do empregador, o período que o empregado permanecer nas dependências da Empresa, por escolha própria, para exercer atividades particulares, inclusive no horário do intervalo de que trata a Cláusula 36 deste Acordo, não podendo esse período ser computado como horas extras.

Parágrafo 11º - O adicional de 100% previsto nesta cláusula para as horas trabalhadas em dias de repouso, feriados ou em jornada extraordinária, previstos nos itens I, a, II, a e c, não implica no pagamento em valor correspondente ao dobro da remuneração do dia, de forma isolada. Trata-se de acréscimo de 100% sobre o valor da hora normal de trabalho, o que significa que o empregado já recebe, como parte de sua remuneração mensal, o valor correspondente ao dia trabalhado, sendo-lhe pago, adicionalmente, mais 100% a título de hora extra. Portanto, o valor pago, inserido no contracheque na rubrica HORA EXTRA 100% ou REPOUSO SEMANAL REMUNERADO, corresponde à soma do salário já recebido pelo dia de trabalho com o adicional de 100%.

CLÁUSULA 11ª - ADICIONAL NOTURNO

A NAV Brasil assegurará o adicional noturno à razão de 40% (quarenta por cento), aí já incluído o respectivo valor correspondente ao adicional legal e constitucional.

Parágrafo 1º - O adicional de que trata o Caput desta Cláusula incidirá sobre o valor da hora normal, computadas as parcelas recebidas no mês a título de gratificação de função, como também os adicionais de transferência, por tempo de serviço e o adicional de incentivo ao estudo.

Parágrafo 2º - A hora de trabalho noturna será considerada como de 52 minutos e 30 segundos no período de trabalho entre 22h (vinte e duas horas) de um dia e 6h (seis horas) do dia seguinte, facultado às partes firmarem Acordos específicos que garantam a prorrogação do trabalho noturno após as 6h (seis horas). Caso o Turno de Trabalho seja prorrogado além das 6h (seis horas) será devido o adicional noturno até o término da respectiva jornada.

Parágrafo 3º - A NAV Brasil acrescentará, a título de redução do adicional noturno, mais 7 (sete) minutos e 30 (trinta) segundos nos intervalos de descanso estabelecidos no artigo 71 da CLT, para cada hora da jornada de trabalho no período entre as 22h (vinte e duas horas) de um dia e as 6h (seis horas) do dia seguinte, para compensar o acréscimo decorrente da redução da hora noturna, ressalvadas as condições previstas nos parágrafos 4º e 5º desta Cláusula.

Parágrafo 4º - Os acréscimos nos intervalos de descanso previstos nesta Cláusula não serão computados na duração do trabalho, exceto para cálculo do adicional noturno.



Parágrafo 5º - Caso o(a) empregado(a) venha a laborar durante o horário estabelecido para o descanso mencionado no parágrafo 3º precedente, sem que haja acordo específico de compensação ou outro horário seja estabelecido, a NAV Brasil remunerará o trabalho realizado como hora extra noturna, devendo o empregado providenciar o registro do período trabalhado por meio do livro de registro de ocorrências, além de solicitar o pagamento ou compensação à Chefia imediata por meio de sistema de frequência.

Parágrafo 6º - Nos casos em que a jornada noturna tenha sido cumprida integralmente e o(a) respectivo(a) empregado(a) prorrogue tal jornada, por necessidade do serviço, será devido o adicional noturno, inclusive, durante o período de prorrogação trabalhado.

Parágrafo 7º - Para efeito do direito do empregado ao adicional noturno, no período de prorrogação de que trata o parágrafo 6º desta Cláusula, será exigido que a jornada de trabalho do empregado tenha completado pelo menos 2 (duas) horas de duração durante o horário definido no parágrafo 2º, também desta Cláusula.

CLÁUSULA 12ª - TRANSFERÊNCIAS DO LOCAL DE TRABALHO

A NAV Brasil, ao transferir o(a) empregado(a) pertencente ao quadro de cargos regulares, nos termos dos parágrafos 2º e 3º do Art. 469 da CLT, arcará com o pagamento das despesas de mudança e de passagens do empregado(a) e dos seus dependentes.

Parágrafo 1º - Ao(à) empregado(a) transferido(a) nos termos do Caput desta cláusula, fica garantido pela NAV Brasil o abono de 12 (doze) dias consecutivos e corridos, contados da data da transferência, considerados como de efetivo serviço, para viabilizar a sua mudança.

Parágrafo 2º - Mediante requerimento expresso do empregado e anuência da Empresa, a data de início do trânsito poderá ser concedida em até 90 (noventa) dias a contar do ato de transferência.

Parágrafo 3º - Ao(à) empregado(a) transferido por iniciativa própria, autorizada pela NAV Brasil, fica garantido o abono de 12 (doze) dias consecutivos e corridos, contados da data da transferência, considerados como de efetivo serviço, para viabilizar a sua mudança, sem qualquer outro ônus para a Empresa.

Parágrafo 4º - Ao(à) empregado(a) pertencente ao quadro de cargos regulares, transferido por interesse da NAV Brasil, fica garantida a estabilidade de 1 (um) ano no emprego a contar da data da transferência, salvo se:

- a) cometer falta grave nos termos da lei;
- b) pedir demissão;
- c) houver renúncia formal do empregado por esta garantia, com anuência expressa de um dos Diretores da Executiva do SNTPV.

Parágrafo 5º - No caso do empregado transferido, na forma do Caput desta cláusula, fica assegurada a transferência de seu cônjuge ou companheiro(a), desde que este(a) seja empregado(a) do quadro de cargos regulares da NAV Brasil.



Parágrafo 6º - O empregado que tenha ou venha a ser transferido, em caráter definitivo, por interesse da Empresa para ocupar função de confiança ou cargo em comissão em outra localidade, quando da dispensa do exercício dessa função de confiança ou cargo em comissão, poderá optar por retornar à dependência de origem ou para outra localidade, desde que ainda haja dependência da NAV Brasil, por meio de transferência por interesse da Empresa.

Parágrafo 7º - A opção de retorno, de que trata o parágrafo 6º desta Cláusula, deverá ser efetuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da dispensa da função de confiança ou cargo em comissão. A ausência de manifestação formal resultará na perda do benefício de transferência por interesse da Empresa.

CLÁUSULA 13ª - JORNADA SEMANAL DO TRABALHO ADMINISTRATIVO

A NAV Brasil manterá a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para os(as) empregado(as) que trabalham em horário administrativo, no âmbito de todas as Dependências, limitada à jornada diária de 8 (oito) horas, permitida a compensação.

Parágrafo 1º - A(o) empregado(o) que comprovar, mediante atestado médico, ter filho(a) com deficiência, na forma da legislação vigente, e que necessite de cuidados por parte do empregado, poderá cumprir jornada administrativa de 30 (trinta) horas semanais, limitada a 6 (seis) horas diárias, exceto quando em viagem a serviço, respeitado o intervalo intrajornada de 15 (quinze) minutos, não computados na jornada de trabalho, vedada a acumulação desta vantagem no caso dos respectivos pais ou responsáveis legais serem empregados da Empresa, nos termos da regulamentação específica instituída pela Empresa.

Parágrafo 2º - A Empresa não se opõe a analisar os eventuais pleitos formulados por empregados(as) com deficiência, em relação à jornada especial prevista no parágrafo 1º desta Cláusula, que assim requeira o caso. O processo poderá iniciar na dependência de lotação do(a) respectivo(a) empregado(a), no entanto, a conclusão se dará na Gerência de Pessoas da Administração Central da Empresa ou órgão interno equivalente.

Parágrafo 3º - A NAV Brasil manterá o horário flexível para os(as) empregados(as) que laboram em horário semanal administrativo.

Parágrafo 4º - A NAV Brasil poderá autorizar, mediante acordo individual de trabalho, em consonância com o SNTPV, exclusivamente para os(as) empregados(as) que laboram em horário semanal administrativo, a solicitação para alteração temporária da sua jornada de trabalho para a jornada de trabalho em regime de Tempo Parcial, de 30 (trinta) horas semanais, com remuneração proporcional em relação aos empregados que cumprem a mesma função em tempo integral, mantida as demais vantagens e benefícios, nos termos da regulamentação específica instituída pela NAV Brasil. Essa solicitação é privativa do empregado, não podendo a Empresa alterar a jornada de trabalho que resulte em qualquer diminuição de salário e benefícios.



CLÁUSULA 14ª - HORAS ABONADAS

O(a) empregado(a) poderá utilizar até 2 (duas) horas mensais, sem desconto do seu salário, em caso de atraso ou saída antecipada, limitado a 15 (quinze) minutos diários, vedada a acumulação dessa concessão para o mês subsequente.

Parágrafo 1º - Caso o(a) empregado(a) exceda aos 15 (quinze) minutos diários, sem justificativa legal, serão descontadas do seu salário as horas ou fração de horas excedentes do atraso ou saída antecipada.

Parágrafo 2º - Caso o(a) empregado(a) exceda às duas horas mensais, serão descontadas do seu salário as horas ou frações de horas excedentes do atraso ou saída antecipada, observado o disposto no parágrafo 1º, do Art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho, que estabelece que não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de 5 (cinco) minutos, observado o limite máximo de 10 (dez) minutos diários.

Parágrafo 3º - O abono de até 2 (duas) horas mensais, conforme disposto no Caput desta Cláusula, não será concedido ao(à) empregado(a) que labora em jornada de horário administrativo, optante pelo horário flexível.

Parágrafo 4º - A aplicabilidade da referida cláusula é pecuniária, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade disciplinar referente ao atraso.

Parágrafo 5º - A concessão prevista no caput desta cláusula tem por finalidade contemplar situações de natureza excepcional, decorrentes de eventuais intempéries no deslocamento de/para o trabalho, não devendo a sua utilização ocorrer de forma sistematizada, dadas as repercussões operacionais do serviço essencial de navegação aérea.

Parágrafo 6º – Nos órgãos operacionais, fica estabelecido um limite máximo coletivo para uso das horas abonadas correspondente a 30% do total possível mensal, considerado o somatório das horas individuais previstas no caput desta cláusula. Assim, exemplificativamente, em órgão operacional com 10 (dez) empregados (totalizando 20 horas disponíveis por mês, sendo 2 horas por empregado), somente poderão ser utilizadas, no máximo, 6 horas mensais na soma de todos os empregados.

Parágrafo 7º - O limite máximo coletivo de horas por órgão, será calculado com base no número de empregados operacionais constante na escala cumprida do mês analisado.

Parágrafo 8º - A não observância do limite máximo coletivo de horas por dois meses consecutivos ou, alternativamente, por dois meses a cada trimestre, implicará na perda da concessão prevista no caput desta cláusula somente para o efetivo do órgão operacional que ultrapassou o parâmetro máximo estabelecido no parágrafo 6º desta cláusula.

Parágrafo 9º - O SNTPV realizará campanhas de conscientização para a utilização racional do disposto nesta cláusula junto ao efetivo operacional.



CLÁUSULA 15ª - VIAGEM A SERVIÇO

Ao(à) empregado(a) que necessariamente tiver que embarcar na ida e/ou no retorno, em caso de viagem a serviço, nos dias de sábado, domingo, folga e feriados, qualquer que seja o destino ou duração da viagem, fica assegurado o pagamento de 2 (duas) horas a título de repouso remunerado, sem prejuízo do valor da diária.

Parágrafo 1º - As diárias de viagem das missões programadas com até 3 (três) dias úteis de antecedência serão pagas até o dia da viagem, exceto nas missões emergenciais, quando o pagamento poderá ser realizado durante ou após a viagem, mediante anuência prévia do empregado ou quando o atraso no pagamento for causado por ausência ou inconsistência de dados fornecidos pelo empregado.

Parágrafo 2º - Quando o(a) empregado(a) se encontrar em viagem a serviço em dia feriado na sua localidade de origem, fará jus ao pagamento a título de repouso remunerado, respeitado o número de horas da jornada normal de trabalho que estaria sujeito na localidade de origem no respectivo dia feriado.

Parágrafo 3º - O(a) empregado(a) que retornar de viagem a serviço à sua localidade de origem não será incluído na escala de serviço no dia de retorno da viagem, assegurando-se, ainda, o período de 24 horas até o próximo turno, contadas a partir do horário de chegada na rodoviária/ aeroporto de destino. Nos casos de viagem com veículo particular, o parâmetro de horário de chegada será equivalente ao horário de término do evento, somado ao menor tempo estimado de viagem de ônibus.

Parágrafo Xº - Excetua-se ao disposto no parágrafo 3º, as viagens realizadas com objetivo de cobertura operacional e aquelas destinadas à concessão de folga mensal em transferência provisória, quando deverá ser respeitado o intervalo de 11 horas, consideradas a partir do horário de chegada, a contar do horário de término do evento, somado ao menor tempo estimado de viagem de ônibus.

Parágrafo 4º - A NAV Brasil reajustará a Tabela de Diárias de Viagens Domésticas levando em consideração os critérios definidos em Norma Interna.

CLÁUSULA 16ª - LICENÇA MATERNIDADE

A licença maternidade assegurada em Lei continuará sendo concedida à empregada, incluindo o período de repouso de 2 (duas) semanas, antes e depois do parto, mediante apresentação de atestado médico específico.

Parágrafo 1º - Facultar-se-á a empregada solicitar a prorrogação da licença maternidade, por mais 60 (sessenta) dias, contados da data do término da licença de que trata o Caput desta Cláusula, desde que requerida pela empregada, ao órgão de recursos humanos da Empresa, até o 30º (trigésimo) dia após o parto.

Parágrafo 2º - Durante o período de prorrogação previsto no Parágrafo anterior, a empregada terá direito a sua remuneração nos mesmos moldes do salário maternidade pago pela Previdência Social.



Parágrafo 3º - No período de prorrogação a empregada não poderá exercer qualquer outra atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar, exceto durante o período de adaptação de 15 (quinze) dias, sob pena de perda do direito da prorrogação da licença.

Parágrafo 4º - A empregada que adotar ou obtiver a guarda judicial, mesmo que provisória, para fins de adoção de criança, terá assegurada a concessão da licença maternidade, de 120 (cento e vinte) dias. A licença que trata esse Caput é estendida para os casos de adoção por casais homotransafetivos. Para os casos de casais homotransafetivos, e ambos sejam empregados da NAV Brasil, se um dos empregados optar pela licença maternidade, é garantida ao outro a opção pela licença paternidade.

Parágrafo 5º - A prorrogação de que trata os parágrafos 1º, 2º e 3º desta Cláusula será igualmente garantida à empregada que adotar ou obtiver a guarda judicial, mesmo que provisória, para fins de adoção de criança, desde que requerida pela empregada, até o 30º (trigésimo) dia após a adoção ou guarda judicial.

CLÁUSULA 17ª - LICENÇA PATERNIDADE

A licença paternidade será de 5 (cinco) dias corridos, quando do nascimento do filho(a), conforme estabelecido em lei específica.

Parágrafo 1º - Fica instituída a prorrogação da licença paternidade em 15 (quinze) dias corridos, contados da data do nascimento do filho(a), totalizando 20 (vinte) dias corridos de afastamento, desde que o empregado requeira em até 5 (cinco) dias úteis após o nascimento do filho(a).

Parágrafo 2º - No período de prorrogação, conforme instituído pela Lei 13.257/2016, o empregado não poderá exercer outra atividade remunerada e a criança deverá ficar sob seus cuidados.

Parágrafo 3º - O empregado que adotar ou obtiver a guarda judicial, mesmo que provisória, para fins de adoção de criança, terá assegurada a concessão da licença paternidade nas mesmas proporções e condições especificadas na presente Cláusula. Para os casos de casais homotransafetivos, e ambos sejam empregados da NAV Brasil, se um dos empregados optar pela licença maternidade, é garantida ao outro a opção pela licença paternidade.

CLÁUSULA 18ª - HORÁRIO PARA AMAMENTAÇÃO

A empregada mãe que tenha filho em idade de amamentação terá direito à redução de sua jornada de trabalho em uma hora por dia, durante 180 (cento e oitenta) dias, contados do nascimento do filho(a).

Parágrafo 1º - Facultar-se-á à empregada solicitar a prorrogação do período de amamentação, até a criança completar 2 (dois) anos de idade, desde que comprovada, mediante atestado médico, a continuidade da amamentação, ainda que não exclusiva, ao órgão de recursos humanos da Empresa.

Parágrafo 2º - A redução constante no Caput desta Cláusula, poderá, a critério da empregada, ser fracionada em 2 (dois) períodos de 30 (trinta) minutos.



CLÁUSULA 19ª - HORÁRIO DE SAÍDA PARA GESTANTES

A empregada gestante, a partir do 5º (quinto) mês de gestação, devidamente atestada por médico, poderá deixar o trabalho até 10 (dez) minutos antes do término da jornada diária em cada turno, visando facilitar seu acesso entre o local de trabalho e sua residência.

CLÁUSULA 20ª - FALTAS ABONADAS

O(a) empregado(a) poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo de sua remuneração, nos seguintes casos:

a) por 8 (oito) dias consecutivos, incluindo o dia do evento, em caso de falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmão(ã), companheiro(a), mesmo que de sexo idêntico, sogro(a), genro ou nora ou qualquer dependente legal;

b) por 8 (oito) dias corridos, para o próprio casamento, com efeito civil ou celebração de união estável em Cartório de Notas, para empregados(as) de mesmo sexo ou não. Caso ocorra no dia de folga, descanso ou feriado, o abono iniciar-se-á a partir do primeiro dia útil seguinte, para pessoal administrativo e a partir do primeiro dia seguinte programado na escala para o empregado sob regime de turno de serviço;

c) por 1 (um) dia para internação e 1 (um) dia após alta médica de filho(a), enteado(a), esposo(a) ou companheiro(a), pai e mãe do(a) empregado(a), não coincidindo o dia para alta médica com o dia da internação;

d) até 10 (dez) dias, por ano, comprovado por atestado ou declaração médica, para acompanhar filho(a), enteado(a) ou dependente legal até 18 (dezoito) anos, facultado-se a um dos cônjuges utilizar este benefício se ambos forem empregados da NAV Brasil. O disposto nesta alínea não se aplica cumulativamente com o disposto na alínea "c" desta Cláusula. O limite de idade referido nesta alínea não se aplica aos filho(s), enteado(s) ou dependente(s) legal(is) com deficiência, devidamente comprovada, ou declarados incapazes, na forma da lei;

e) por 1 (um) dia útil para apresentação de reservista, mediante comprovação;

f) por 2 (dois) dias por ano, para efetiva doação de sangue desde que devidamente comprovado por atestado e comunicado à Dependência de lotação no prazo de 72 (setenta e duas) horas que antecedem a doação, ressalvados os casos emergenciais. Independente da natureza da doação, deverá o(a) empregado(a) apresentar a devida comprovação, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas após a falta;

g) no dia de ausência ao serviço, motivada pela necessidade de obtenção da CTPS; Cédula de Identidade; Atestado de Reservista; Carteira Nacional de Habilitação; Título de Eleitor, se exigida para o exercício da atividade do empregado, desde que comunicado com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas e devidamente comprovado até 72 (setenta e duas) horas após a falta;

h) nos dias em que comprovadamente deixar de comparecer ao trabalho por motivo de enchente;



i) até 10 (dez) dias, durante o semestre, para acompanhar pai, mãe, cônjuge ou companheiro, em tratamento médico, comprovado por atestado ou declaração médica, facultando-se a um dos irmãos utilizar este benefício se ambos forem empregados da NAV Brasil;

j) até 1 (um) dia por semestre, para participar de reuniões de acompanhamento pedagógico dos filhos(as) ou dependentes legais, até 14 (catorze) anos de idade, na escola, mediante apresentação de atestado de comparecimento e desde que comunicado com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, facultado-se a um dos responsáveis legais utilizar este benefício se ambos forem empregados da NAV Brasil. O limite de idade referido nesta alínea não se aplica aos filhos ou dependentes legais com deficiência, devidamente comprovada, ou declarados incapazes, na forma da lei.

Parágrafo 1º - Nos dias de provas escolares, a NAV Brasil procurará facilitar a liberação do(a) empregado(a), quando coincidir com o horário de trabalho, mediante compensação no caso de trabalho em horário administrativo e mediante troca de turno no caso de trabalho em escala de serviço, sem a garantia do abono de que trata esta Cláusula.

Parágrafo 2º - O(a) empregado(a) que tem cinco anos ou mais ou, que venha a completar cinco anos de efetivo exercício de suas atividades na Empresa, incluindo o tempo anterior na Infraero, poderá pleitear o afastamento do exercício de suas atividades, com a respectiva remuneração, por até 3 (três) meses, para participar de curso de capacitação profissional cujo conhecimento possa ser aplicado e aproveitado nas atividades por ele desenvolvidas na NAV Brasil, na forma abaixo descrita:

a) a cada quinquênio de efetivo exercício, o empregado poderá pleitear novo período de licença;

b) o período de licença de que trata este parágrafo não é acumulável;

c) a concessão da Licença Capacitação será conforme regras já definidas e divulgadas pela NAV Brasil.

CLÁUSULA 21ª - FÉRIAS

A partir da data de assinatura deste Acordo, o adicional de férias será de 35% (trinta e cinco por cento) do valor da remuneração percebida pelo(a) empregado(a) no mês de gozo das férias.

Parágrafo 1º - Neste percentual está incluído o acréscimo estabelecido no artigo 7º, Inciso XVII, da Constituição Federal.

Parágrafo 2º - O início das férias regulamentares não poderá coincidir com dias de folga remunerada, sábado, domingo, feriados, ponto facultativo autorizado pela NAV Brasil ou dias de compensação de horas anteriormente trabalhadas, facultado aos empregados em regime de escala optar, por escrito, pelo início das férias nos dias mencionados.

Parágrafo 3º - O período de gozo das férias adquiridas pelo(a) empregado(a) poderá ser fracionado, em até três períodos, desde que um dos períodos não seja inferior a 10 (dez) dias consecutivos, facultada essa opção, inclusive, aos maiores de 50 (cinquenta) anos de idade.



Parágrafo 4º - A devolução do adiantamento de férias, efetuada no mês subsequente ao do retorno ao trabalho, poderá ser em até 5 (cinco) parcelas iguais e consecutivas. O adiantamento de que trata este parágrafo, não está relacionado à margem do empregado, uma vez que se trata de antecipação.

CLÁUSULA 22ª - FGTS - INCIDÊNCIA SOBRE AVISO PRÉVIO

No pagamento do período de aviso prévio, trabalhado ou não, incide a contribuição para o FGTS.

CLÁUSULA 23ª - AVISO PRÉVIO

Em caso de dispensa sem justa causa do(a) empregado(a), a NAV Brasil assegurará o período de aviso prévio, conforme tabela a seguir:

TEMPO DE SERVIÇO	AVISO PRÉVIO (DIA)	
	EMPREGADOS ADMITIDOS ATÉ 22/09/2009	EMPREGADOS ADMITIDOS
Até 1 ano	60	30
1 ano	60	33
2 anos	60	36
3 anos	60	39
4 anos	60	42
5 anos	60	45
6 anos	60	48
7 anos	60	51
8 anos	60	54
9 anos	60	57
10 anos	60	60
11 anos	63	63
12 anos	66	66
13 anos	69	69
14 anos	72	72
15 anos	75	75
16 anos	78	78
17 anos	81	81
18 anos	84	84
19 anos	87	87
≥ 20 anos	90	90

Tabela 2: Dias de Aviso Prévio



CLÁUSULA 24ª - CARTA-AVISO DE ADVERTÊNCIA OU SUSPENSÃO

O(a) empregado(a) somente poderá ser advertido(a) ou suspenso(a) disciplinarmente após ser-lhe assegurado o direito a ampla defesa, a ser exercido no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data da notificação recebida referente à infração disciplinar imputada ao mesmo.

Parágrafo 1º - Nos processos de averiguação ou apuração de infração disciplinar, poderá ser ouvida a chefia imediata, não podendo esta compor a equipe responsável pela apuração de que trata esta cláusula.

Parágrafo 2º - Caso o(a) empregado(a) venha ser advertido(a) ou suspenso(a) por motivo disciplinar, observado o disposto no Caput desta Cláusula, deverá ser avisado do fato por escrito, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da decisão tomada pelo órgão administrativo competente, citando o dispositivo legal transgredido e as razões determinantes de sua advertência ou suspensão, sob pena de gerar presunção de advertência ou suspensão indevida.

CLÁUSULA 25ª - DAS DISPENSAS SEM JUSTA CAUSA

As dispensas sem justa causa observarão os seguintes procedimentos:

Parágrafo 1º - As dispensas de que trata o Caput serão motivadas e acompanhadas de comunicação escrita ao(à) empregado(a) por parte da NAV Brasil.

Parágrafo 2º - Cientificado da dispensa de que trata o Caput, o empregado poderá formular pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, o qual não se interrompe ou suspende em função de fatos que impliquem na suspensão ou interrupção do contrato de trabalho, sendo que a presente norma não compromete a observância da Súmula 371 do TST nas situações voltadas à sua incidência.

Parágrafo 3º - Concluído o processo de dispensa do(a) empregado(a), a NAV Brasil efetuará a entrega do Perfil Profissiográfico Previdenciário.

CLÁUSULA 26ª - CÁLCULO DE SALÁRIO

A média das horas extras e do adicional noturno integram a remuneração para efeito de cálculo:

- a) das férias e de seu abono, referente ao respectivo período aquisitivo;
- b) do 13º salário por ocasião do pagamento da 2ª (segunda) parcela referente ao respectivo exercício financeiro;
- c) do descanso semanal remunerado;
- d) do aviso prévio indenizado.



CLÁUSULA 27ª - QUEBRA DE MATERIAL

Não será permitido o desconto salarial por quebra de material, por acidente de trânsito ou de qualquer equipamento no exercício da atividade, salvo nas hipóteses de dolo ou recusa de apresentação dos objetos danificados, ou ainda, havendo previsão contratual, de culpa comprovada do(a) empregado(a).

CLÁUSULA 28ª - DIREITO DE INFORMAÇÃO

A NAV Brasil assegurará ao(à) empregado(a) o acesso à documentação constante da sua pasta funcional, fornecendo-lhe cópia de seu interesse, em até 10 dias úteis, desde que solicitado por meio do sistema de RH.

Parágrafo único - A NAV Brasil manterá no seu portal na Intranet acesso às normas internas de administração de pessoal e recursos humanos para consulta dos interessados.

CLÁUSULA 29ª - DOCUMENTAÇÃO PARA A APOSENTADORIA ESPECIAL

A NAV Brasil fornecerá ao(à) empregado(a) os formulários exigidos pelos Órgãos da Previdência Social para fins de aposentadoria especial devidamente preenchidos, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento do pedido do(a) empregado(a).

CLÁUSULA 30ª - ESTABILIDADE PROVISÓRIA AO APOSENTADO

O(a) empregado(a) que comprovadamente estiver a 36 (trinta e seis) meses da aquisição do direito à aposentadoria voluntária em seus prazos mínimos, e que não seja detentor de qualquer tipo de aposentadoria, previdenciária ou não, terá assegurado o emprego mantido com a NAV Brasil, durante o período que faltar para completar esse prazo, salvo se incidir em qualquer hipótese ensejadora da dispensa por justa causa, ou renunciar a esta garantia formalmente com anuência de um dos Diretores do SNTPV.

Parágrafo 1º - Para que o(a) empregado(a) possa se valer das prerrogativas constantes no Caput desta Cláusula deverá ter no mínimo 5 (cinco) anos de vínculo com a NAV Brasil ou na soma de tempo de contrato de trabalho entre Infraero e NAV Brasil.

Parágrafo 2º - O(a) empregado(a), para garantir a estabilidade na hipótese da aposentadoria por tempo de serviço ou por idade, prevista nesta Cláusula, fará declaração escrita à NAV Brasil, afirmando e comprovando tal situação.

Parágrafo 3º - Caso o(a) empregado(a) não apresente a declaração e a comprovação de que trata o parágrafo 2º e venha a ser desligado da NAV Brasil, não lhe será garantida a estabilidade de que trata esta Cláusula.

Parágrafo 4º - Deferida a aposentadoria, cessará a garantia de emprego de que trata esta cláusula ao(à) empregado(a).



CLÁUSULA 31ª - ESTABILIDADE PROVISÓRIA À GESTANTE

Defere-se garantia de emprego à gestante, desde a concepção, conforme segue:

- a) de 6 (seis) meses após o parto para a empregada que não exercer o direito de opção pelo período de 180 dias de licença-maternidade; e
- b) de 7 (sete) meses após o parto para a empregada que optar pela prorrogação da licença maternidade.

CLÁUSULA 32ª - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A NAV Brasil garantirá licença remunerada de até 15 (quinze) dias, em razão de violência doméstica praticada contra seus/suas empregado(a)s, sem prejuízo dos vales refeição do período. Para obter a licença, o(a) trabalhador(a) deverá apresentar uma cópia do registro da ocorrência na unidade policial que comprove a causa prevista, ou na ausência, de um certificado emitido pela autoridade competente.

Parágrafo 1º - Os dias de licença de que trata esta cláusula não serão descontados dos períodos de férias e 13º salário.

Parágrafo 2º - Ao(À) empregado(a), vítima de violência doméstica, será garantida a prerrogativa conforme disposto no inciso II, Parágrafo 2º, do Art. 9º, da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), por decisão judicial.

Parágrafo 3º - Será assegurado ainda o acesso prioritário à remoção, quando servidor(a) público(a), integrante da administração pública direta ou indireta, na forma da Lei 11.340/2006.

Parágrafo 4º - A Empresa se compromete com a celebração de convênios protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria com órgãos governamentais e entidades não governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Parágrafo 5º - A Empresa deverá desenvolver campanha contra a violência doméstica em suas dependências.

CLÁUSULA 33ª - ESTABILIDADE PROVISÓRIA E READAPTAÇÃO

A NAV Brasil dará garantia de emprego, pelo prazo de 12 (doze) meses, ao(à) empregado(a) que retomar ao serviço após gozo de benefícios previdenciários decorrentes de acidente de trabalho e doença ocupacional.

Parágrafo único - A NAV Brasil acatará a readaptação profissional para o(a) empregado(a) reabilitado pelo INSS, em cargo compatível com a redução de sua capacidade laborativa ocorrida em razão de acidente de trabalho ou doença ocupacional, segundo parecer do INSS, não podendo haver redução da remuneração existente.



CLÁUSULA 34ª - ESTÁGIO PROFISSIONAL

A NAV Brasil assegurará aos(às) empregados(as) estudantes, integrantes do Plano de Cargos e Salários da NAV Brasil (PCS/PCCS), a realização de estágio curricular obrigatório não remunerado na Empresa, desde que exista área do estágio na dependência de lotação, com efetivo de empregados diretamente contratados pela NAV Brasil, e não haja impacto à operacionalidade do órgão, garantida sua remuneração relativa ao seu vínculo empregatício.

CLÁUSULA 35ª - INCENTIVO AO ESTUDO

A NAV Brasil continuará concedendo percentual sobre o salário-base, a título de Incentivo ao Estudo, ao(à) empregado(a) enquadrado no Plano de Classificação de Cargos e Salários vigente, ou no novo PCS, que tenha ou venha a conquistar títulos de educação formal acima do exigido para o ingresso em seu cargo/carreira na Empresa, conforme demonstrado na planilha abaixo, que incidirá para todos os efeitos legais:

- Curso técnico profissionalizante: 5% sobre o salário base
- Curso superior completo: 7% sobre o salário base
- Especialização / Pós-graduação: 9% sobre o salário base
- Mestrado: 11% sobre o salário base

Parágrafo 1º - Para a concessão do Incentivo ao Estudo de que trata esta cláusula, deverá ser observado o seguinte:

a) fazem jus ao Incentivo ao estudo os(as) empregados(as) que estejam enquadrados no PCCS vigente, ou no novo PCS, e que apresentem título de educação formal acima do exigido para o ingresso em seu cargo/carreira na Empresa;

b) a comprovação dos títulos será realizada pelo(a) empregado(a) através da apresentação do certificado/diploma, com uma cópia a mais para que seja aposto o recebido com data/hora/carimbo;

c) só serão aceitos cursos relacionados com as atividades desempenhadas no âmbito da Empresa;

d) como títulos de cursos Superiores e técnicos profissionalizantes deverão ser considerados os divulgados pela Empresa;

e) a NAV Brasil não se opõe a analisar pleitos sobre o reconhecimento de novos cursos para efeito do incentivo de que trata esta cláusula.

Parágrafo 2º - Serão considerados como títulos de cursos de especialização/pós-graduação ou mestrado os cursos relacionados com as atividades da Empresa que atendam aos requisitos do Conselho Nacional de Educação (CNE), conforme segue:

I. Pós-graduações Latu Sensu (compreendem programas de especialização e cursos designados como MBA – Master Business):

a) duração mínima de 360 horas;



b) certificado emitido pela instituição responsável pelo curso como documento comprovante, mencionando a área de conhecimento do curso acompanhado de histórico escolar, constando obrigatoriamente:

i. relação das disciplinas, carga horária, nota, nome e qualificação dos professores.

ii. período e local em que o curso foi realizado,

iii. duração total e horas de efetivo trabalho acadêmico,

iv. título da monografia ou do TCC e a nota obtida neste,

v. declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições da Resolução nº 1/MEC e indicação do ato legal de credenciamento da instituição.

c) se for oferecido à distância, deve incluir a comprovação da defesa presencial de monografia e/ou trabalho de conclusão de curso (TCC) ou declaração da Instituição de Ensino, com a informação de que o curso não está obrigado ao Trabalho de Conclusão do Curso ou Monografia, de acordo com a Resolução 01/2018 do CNE publicada em 06/04/2018.

II. Pós-graduações Strictu Sensu (compreendem programas de mestrado):

a) defesa de dissertação ou tese;

b) se oferecidos à distância devem necessariamente incluir provas e atividades presenciais devendo ser presenciais também os exames de qualificação e as defesas de dissertação;

c) diploma emitido pela instituição responsável pelo curso como documento comprovante;

d) os diplomas de conclusão de cursos de pós-graduação strictu sensu obtidos de instituições de ensino superior estrangeiras, para terem validade nacional, devem ser reconhecidos e registrados por universidades brasileiras que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior ou em área afim.

Parágrafo 3º - O incentivo ao estudo de que trata esta Cláusula será pago, caso deferido, a partir do mês subsequente ao da entrega do certificado/diploma na Ferramenta de gestão de demandas.

Parágrafo 4º - Não haverá acúmulo de incentivo decorrente dos títulos, permanecendo o percentual de maior titularidade.

Parágrafo 5º - Os(as) empregados(as), mesmo que possuam títulos de educação formal acima do exigido para o ingresso em seu cargo/carreira na Empresa, passarão a fazer jus à concessão do Incentivo somente após 12 (doze) meses a contar da data de sua admissão.



CLÁUSULA 36ª - INTERVALOS DE DESCANSO E PARA REFEIÇÃO

Os Acordos específicos definirão os intervalos sobre jornada de trabalho, em regime de escala de serviço e a empregadora garantirá intervalos para descanso ou refeições da seguinte forma:

- a) 15 (quinze) minutos, para turnos de trabalho de até 6 (seis) horas contínuas;
- b) 1 (uma) hora, para turnos de trabalho de 6 (seis) horas a 08 (oito) horas contínuas;
- c) 2 (duas) horas, para turnos de trabalho de mais de 08 (oito) horas contínuas, autorizadas pelo órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego.

Parágrafo 1º - A NAV Brasil dispensará o registro de ponto para todos os (as) empregados (as), nos intervalos da jornada de trabalho para descanso ou refeição.

Parágrafo 2º - Caso o(a) empregado(a) venha eventualmente laborar durante os períodos de descanso de que trata esta Cláusula, sem que haja compensação do trabalho realizado, a NAV Brasil remunerará como hora extra, nas mesmas bases pactuadas neste Acordo Coletivo de Trabalho, devendo o(a) empregado(a) registrar obrigatoriamente o período trabalhado no livro de registro de ocorrências e no sistema de controle de frequência fornecido pela NAV Brasil.

Parágrafo 3º - Os intervalos de descanso de que trata esta Cláusula não serão computados na duração da jornada no cálculo do Adicional Noturno, salvo se não efetivamente concedidos.

Parágrafo 4º - Os intervalos de descanso e para refeição previstos nesta Cláusula não integram o turno contratual de trabalho, mas representam períodos destinados exclusivamente ao repouso do(a) empregado(a), nos termos do art. 71 da CLT (ou seja, ao trabalhador que labora das 8h às 17h, ser-lhe-á garantida uma hora de descanso, como praxe da CLT). Não se trata, portanto, de jornada reduzida de trabalho o que não condiz com a prática operacional da NAV Brasil.

CLÁUSULA 37ª - ADICIONAL DE QUEBRA DE CAIXA

A NAV Brasil pagará a título de Adicional de Quebra de Caixa, 10% (dez por cento) do salário base do(a) empregado(a) designado para exercer as atividades constantes das alíneas a seguir, no mês em que houver o manuseio, a guarda, o depósito bancário, o recebimento ou pagamento de valores, observado o disposto nesta Cláusula:

- a) nos serviços de tesouraria;
- b) no processamento ou recebimento de tarifas por serviços prestados;
- c) nos serviços de compras não abrangidos por processos licitatórios;
- d) no controle e manuseio simultâneo de vale transporte, Vales Refeição/Alimentação, inclusive, o uso de cartões eletrônicos para o mesmo fim.



Parágrafo 1º - Este Adicional será somado, proporcionalmente, para efeito de pagamento do adicional proporcional de férias, do 13º salário e dos dias de afastamentos remunerados pela NAV Brasil.

Parágrafo 2º - Fica vedada a designação para recebimento de quebra de caixa os empregados detentores de função de confiança.

CLÁUSULA 38ª - ADICIONAL DE PREGOEIRO

A NAV Brasil pagará, a título de adicional de acúmulo de tarefa, o valor correspondente a 10% (dez por cento) sobre a remuneração do(a) empregado(a) designado(a) para o exercício da atividade de pregoeiro, presidente e vice-presidente de comissão de licitação, adstrito ao período de exercício da atribuição.

Parágrafo 1º - O ato administrativo de designação de pregoeiro, presidente e vice-presidente de comissão de licitação, terá vigência não superior a um ano e seu término deverá ser coincidente com o fim do exercício, quando será reconduzido, substituído ou dispensado da atividade de pregoeiro, presidente e vice-presidente de comissão de licitação, sem prejuízo de alteração extemporânea.

Parágrafo 2º - O adicional, citado no Caput desta Cláusula, será devido durante a vigência da designação, não vinculando o tempo de duração do processo licitatório iniciado pelo pregoeiro, presidente e vice-presidente de comissão de licitação, designados.

Parágrafo 3º - Os processos não concluídos até o término da vigência da designação do respectivo pregoeiro, presidente e vice-presidente de comissão de licitação, serão redistribuídos para prosseguimento por outro profissional designado no próximo exercício.

CLÁUSULA 39ª - TRABALHO EM ESCALA - FOLGA FERIADO

O(a) empregado(a) submetido ao trabalho em regime de escala de serviço, cuja folga coincida com dias de feriado nacional, estadual, distrital ou municipal, aplicados à respectiva dependência de lotação, terá direito a mais uma folga ou será remunerado em dobro por esses dias, excetuando-se aqueles que coincidirem com dias de domingo.

Parágrafo único – O pagamento em dobro previsto nesta cláusula refere-se à remuneração adicional de 100% (cem por cento) sobre o valor correspondente ao dia de folga, considerando que o(a) empregado(a) já recebe, como parte de sua remuneração mensal ordinária, o valor relativo à sua folga.



CLÁUSULA 40ª - TURNOS DE SERVIÇO

A duração máxima do turno de trabalho do(a) empregado(a) que cumpre escalas em turnos ininterruptos de revezamento continuará sendo de 6 (seis) horas contínuas e de no máximo 36 (trinta e seis) horas semanais, respeitando o intervalo intrajornada de 15 (quinze) minutos, suprimindo o disposto no parágrafo 1º do artigo 71 da CLT. O período que ultrapassar 36 (trinta e seis) horas semanais, excluindo os períodos de descanso intrajornadas não trabalhados, deverá ser pago como horas extras, salvo compensação prevista neste Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo 1º - Excepcionalmente e mediante prévio acordo entre a NAV Brasil e o SNTPV, poderá ser prorrogada e/ou alterada a duração da jornada de trabalho dos(as) empregados(as) submetidos a turnos ininterruptos de trabalho, assegurando-se o pagamento das horas extras trabalhadas que não tenham sido compensadas.

Parágrafo 2º - Mediante acordo prévio entre a NAV Brasil e o SNTPV, poderão ser implementadas as escalas de serviço previstas no anexo 1, com turnos operacionais específicos especiais, respeitados os limites mínimos de intervalos entre e intrajornadas, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados.

Parágrafo 3º - A NAV Brasil fornecerá ao SNTPV cópia de todas as escalas de serviço em vigor, no prazo de 60 (sessenta) dias após a data de assinatura do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo 4º - Será permitida a troca do turno previsto na escala de revezamento, mediante concordância escrita entre as partes interessadas e a chefia imediata, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, respeitados o intervalo mínimo de 11 (onze) horas consecutivas entre uma e outra jornada diária de trabalho e o descanso semanal remunerado.

Parágrafo 5º - Em hipótese alguma haverá custos adicionais de pessoal e tão pouco de horas extras ou excedentes à jornada de trabalho, em decorrência do disposto no Parágrafo 4º desta Cláusula.

Parágrafo 6º - A NAV Brasil concederá 1 (uma) folga dupla mensal ao(à) empregado(a) que cumpre escalas em turnos ininterruptos de revezamento de 4 (quatro) dias consecutivos de trabalho, seguidos de folga. A folga dupla mensal será definida na escala, pela chefia imediata, antes do início do respectivo mês. Não obstante a priorização da folga dupla, no caso de impossibilidade de concessão da folga dupla mensal, as horas trabalhadas no dia destinado a folga dupla serão pagas como horas extras, nas mesmas bases acordadas na Cláusula 10 do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo 7º - O disposto no parágrafo 6º desta Cláusula, não obstante se referir a turnos ininterruptos, será aplicado, de igual modo, quando a atividade laboral da unidade for de no mínimo 18 (dezoito) horas diárias.

Parágrafo 8º - A NAV Brasil e o SNTPV discutirão e contemplarão os casos específicos em que a jornada laboral da unidade não exija pessoal durante 18 (dezoito) horas diárias, para que os empregados dessas unidades sejam contemplados com a folga dupla, presente a existência de condições diferenciadas de trabalho.



Parágrafo 9º - No que se refere à previsão constante no parágrafo 1º desta cláusula, ressaltam as partes que em eventual necessidade de remanejamento das posições operacionais por ausência de quantitativo de funcionários disponíveis para operação, houver riscos de prejuízo à concessão de horário de descanso ou qualquer outra necessidade operacional referente ao serviço essencial de navegação aérea, os turnos de serviço previstos em Acordos Coletivos de Trabalho Específicos de Escala (ACTEE), retornarão ao modelo com turnos de trabalho de duração de 6h (seis horas) diárias, quando os empregados trabalharão 4 (quatro) dias consecutivos por 1 (um) dia de descanso.

CLÁUSULA 41ª - ASSÉDIOS (MORAL, SEXUAL ETC.)

A Comissão formada por representantes indicados pela NAV Brasil e pelo SNTPV, composta de 4 (quatro) membros de cada parte, sob a coordenação de um dos representantes da NAV Brasil, estudará e orientará os empregados acerca dos diversos assédios.

Parágrafo único - A Empresa combaterá o Assédio Moral e Sexual, bem como promoverá campanhas sobre o tema.

CLÁUSULA 42ª - ADICIONAL DE SOBREAVISO

A todo empregado que ficar formalmente de sobreaviso, nos períodos fora de sua jornada normal de trabalho, será assegurado o pagamento do adicional de sobreaviso equivalente a 33% (trinta e três por cento) do valor da hora normal de trabalho, a ser pago junto com o salário do mês subsequente ao do trabalho realizado.

Parágrafo 1º - Na eventualidade do(a) empregado(a) ser chamado(a) para o trabalho efetivo, o período trabalhado será remunerado como hora extra, nas mesmas bases estabelecidas neste Acordo Coletivo de Trabalho, não sendo devido o adicional de sobreaviso durante o período trabalhado e remunerado como hora extra.

Parágrafo 2º - A convocação do(a) empregado(a) escalado(a) em regime de sobreaviso, para comparecimento ao trabalho, poderá ser realizada por meio de ligação telefônica, SMS, WhatsApp, e-mail ou similares.

Parágrafo 3º - O mero porte de celulares ou similares, sem que o empregado tenha sido formalmente escalado de sobreaviso, não caracteriza o direito ao pagamento do adicional de que trata esta Cláusula.

Parágrafo 4º - A partir da assinatura deste acordo, ao(à) empregado(a) que durante os períodos de suas folgas ou repousos permanecer efetivamente à disposição do serviço, em Dependências da NAV Brasil, por determinação expressa da Administração Central da Empresa, será devido o adicional de prontidão, cujo valor é o dobro do adicional de sobreaviso previsto nesta Cláusula, facultado ao empregado(a) permanecer nas dependências da NAV Brasil, durante os seus respectivos horários de descanso legais, não configurando, para tanto, a disposição contida nesta cláusula.

Parágrafo 5º - A critério da Empresa, poderão ser implantadas escalas de sobreaviso no âmbito da NAV Brasil.



CLÁUSULA 43ª - PROGRAMA DE ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL

A NAV Brasil manterá plano de treinamento anual, contemplando cursos necessários para o desempenho das atividades inerentes aos(às) seus(suas) empregados(as).

Parágrafo Único - A NAV Brasil viabilizará a participação de dirigentes sindicais do SNTPV em programas de treinamento corporativo por ela promovidos, no total de 5 (cinco) vagas, excetuando-se os cursos operacionais, que possuem requisitos específicos, salvo se o dirigente preencher tais requisitos.

CLÁUSULA 44ª - PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO

A NAV Brasil concederá ao(à) empregado(a), mensalmente, 25 (vinte e cinco) Vales Refeição/Alimentação, sem prejuízo do parágrafo 8º, da Cláusula 10 e da Cláusula 45 deste Acordo Coletivo de Trabalho, no valor unitário de R\$ 54,33 (cinquenta e quatro reais e trinta e três centavos).

Parágrafo 1º - A concessão prevista no Caput desta Cláusula aplicar-se-á, inclusive:

- a) no período de férias do(a) empregado(a);
- b) no período de licença maternidade da empregada;
- c) no período em que durar o afastamento do(a) empregado(a) em benefício de auxílio-doença por acidente do trabalho com emissão de CAT reconhecido pelo INSS e, no período de até 180 (cento e oitenta) dias, no caso de auxílio-doença não acidentário.

Parágrafo 2º - Sobre o valor total recebido haverá a participação do(a) empregado(a) no custo dos Vales, na forma da Tabela de Participação constante da Cláusula 56 deste Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo 3º - Nos casos de afastamento de empregados sem percepção de contracheque, o benefício será concedido já descontado o valor da participação devida pelo empregado.

Parágrafo 4º - A concessão prevista no Caput desta Cláusula não será efetuada nos afastamentos do(a) empregado(a) em decorrência de:

- a) suspensão de contrato de trabalho;
- b) licença prêmio;
- c) qualquer outro afastamento decorrente de benefício do INSS e que não esteja incluído no Parágrafo 1º desta Cláusula;
- d) faltas injustificadas;
- e) licença para candidatura a cargo eletivo federal, estadual, municipal e distrital.



Parágrafo 5º - Os vales de que trata esta Cláusula serão entregues via cartão eletrônico, viável sua emissão pelas prestadoras de serviços contratadas pela NAV Brasil para o fornecimento de Vale Alimentação ou Refeição.

Parágrafo 6º - A NAV Brasil concederá, excepcionalmente neste Acordo, 25 (vinte e cinco) Vales Alimentação extras, no valor total de R\$ 1.358,25 (mil e trezentos e cinquenta e oito reais e vinte e cinco centavos) no mês de dezembro de 2025, e mais 25 (vinte e cinco) Vales Alimentação extras, no mês de dezembro de 2026, aos empregados com contrato ativo com a NAV Brasil no mês de recebimento dos citados vales, não havendo a participação nos custos por parte do empregado.

CLÁUSULA 45ª - CESTA ALIMENTAÇÃO

A NAV Brasil concederá a todos os seus empregados um auxílio a título de cesta-alimentação, no valor mensal de R\$ 107,41 (cento e sete reais e quarenta e um centavos), na forma de Vale Alimentação.

Parágrafo 1º - Além do disposto no Caput desta Cláusula, a NAV Brasil continuará concedendo um auxílio a título de cesta-alimentação e na forma de Vale alimentação, exclusivamente aos seus empregados enquanto enquadrados nas categorias padrões C/12 a E/20, e que não sejam ocupantes de Função de Confiança, observados os seguintes valores:

	DE MAIO/2025 ATÉ ABRIL/2026
a) para os empregados enquadrados na categoria padrão C/12	168,86
b) para os empregados enquadrados na categoria padrão D/13	155,95
c) para os empregados enquadrados na categoria padrão D/14	142,78
d) para os empregados enquadrados na categoria padrão D/15	139,53
e) para os empregados enquadrados na categoria padrão D/16	115,12
f) para os empregados enquadrados na categoria padrão E/17	100,61
g) para os empregados enquadrados na categoria padrão E/18	85,72
h) para os empregados enquadrados na categoria padrão E/19	70,27
i) para os empregados enquadrados na categoria padrão E/20	54,28

Tabela 3: Valores da Cesta Alimentação.

Parágrafo 2º - Os vales de que trata esta Cláusula serão entregues via cartão eletrônico, viável sua emissão pelas prestadoras de serviços contratadas pela NAV Brasil para o fornecimento de Vale Alimentação.

Parágrafo 3º - A concessão de que trata esta Cláusula aplicar-se-á, inclusive:

- a) no período de licença gestante;
- b) no período em que durar o afastamento do(a) empregado(a) em benefício de auxílio-doença por acidente do trabalho com emissão de CAT reconhecido pelo INSS e, no período de até 180 (cento e oitenta) dias, no caso de auxílio-doença não acidentário.

Parágrafo 4º - Os(as) empregados(as) promovidos(as) por antiguidade ou por merecimento até 31 de dezembro de cada ano e que já vinham sendo beneficiados por esta Cláusula, continuarão fazendo jus à cesta alimentação em janeiro do ano subsequente.



Parágrafo 5º - A aplicação desta cláusula ao novo PCS terá como referência os valores salariais das respectivas categorias constantes na tabela do parágrafo 1.

CLÁUSULA 46ª - AUXÍLIO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A NAV Brasil ofertará o auxílio de assistência à saúde de caráter indenizatório, realizado mediante ressarcimento, por beneficiário(a), aos(as) seus(uas) empregados(as) orgânicos ou a ela cedidos, membros da Diretoria Executiva, contratado(as) para o exercício exclusivo de cargo em comissão, ex-empregados(as), aposentados(as), pensionistas e dependentes legais, nas condições que seguem.

Parágrafo 1º - Serão considerados como dependentes do(a) titular:

- a) cônjuge ou companheiro(a) designado(a), que comprove união estável como entidade familiar com declaração cartorial, ou que tenha filhos(as) em comum;
- b) filhos(as) solteiros(as) até 21 anos, 11 meses e 29 dias de idade;
- c) filhos (as) solteiros (as), com mais de 21 anos, 11 meses e 29 dias até completar 24 anos, 11 meses e 29 dias, comprovadamente frequentando cursos de graduação e pós-graduação, strictu sensu (mestrado e doutorado), sem economia própria;
- d) os filhos (as) inválidos de qualquer idade, sem economia própria, inclusive os diagnosticados em qualquer espectro do autismo;
- e) os (as) enteados (as), nas mesmas condições impostas para filhos (as);
- f) o menor tutelado(a) e/ou sob guarda judicial, mesmo que provisória, sem economia própria;
- g) o(a) menor solteiro(a) de até 21 anos sem economia própria, que mediante autorização judicial ou justificativa de dependência econômica devidamente homologada judicialmente, viva na companhia e expensas do(a) empregado(a) e conste de sua Declaração de Imposto de Renda;

Parágrafo 2º - Entende-se por "sem economia própria", o(a) dependente que não tenha rendimento próprio superior a 2 (dois) salários-mínimos mensais.

Parágrafo 3º - O(a) empregado(a) que se aposentar, após 28 de junho de 2018, pela Previdência Social, inclusive, se decorrente de auxílio doença ou de acidente no trabalho e que tenha mais de 10 (dez) anos de serviços prestados à Infraero ou na somatória entre o tempo de Infraero e NAV Brasil, poderá optar pela oferta do auxílio de assistência à saúde de caráter indenizatório, estendido esse benefício aos seus dependentes legais cadastrados, conforme parágrafo 1º desta Cláusula, e ativos no Plano de Saúde na data do desligamento do titular, salvo se o desligamento ocorrer por justa causa.

- a) O prazo para manifestação quanto à manutenção do plano de saúde pelo ex-empregado junto às Administradoras de Benefícios será de 30 (trinta) dias a contar da data do desligamento.



Parágrafo 4º - A NAV Brasil manterá e renovará, se necessário, o credenciamento de empresas para atuar como Administradora de Benefícios com a finalidade de disponibilizar plano de assistência à saúde complementar aos seus empregados, membros da Diretoria Executiva, contratado(a) para o exercício exclusivo de cargo em comissão, ex-empregados (as), aposentados (as), pensionistas e dependentes legais, com no mínimo, 1 (uma) operadora de Plano de Saúde com abrangência nacional, na modalidade coletivo empresarial, com coparticipação, devidamente autorizadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), objetivando a prestação de assistência médica ambulatorial e hospitalar, fisioterápica, psicológica e farmacêutica na internação, compreendendo partos e tratamentos realizados exclusivamente no País.

a) O credenciamento previsto no Caput deste Parágrafo deverá contemplar produtos com padrão de enfermaria e/ou apartamento, centro de terapia intensiva, ou similar, para tratamento das doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde, com garantia de atendimento de urgência e emergência em todo território nacional, através de hospitais, centros médicos, consultórios, clínicas especializadas, laboratórios, médicos e outros profissionais ou instituições.

b) A NAV Brasil somente credenciará Administradoras de Benefícios que disponibilizarem operadoras que englobem todos os beneficiários atualmente assistidos pelo auxílio assistência à saúde, entre eles, empregados (as) da NAV Brasil, membros da Diretoria Executiva, contratado (as) para o exercício exclusivo de cargo em comissão, ex-empregados (as), aposentados (as), pensionistas e dependentes legais, relacionados nesta Cláusula.

c) O processo de credenciamento deverá observar o disposto na Lei 9.656/98 e nas Resoluções Normativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, dentre outras que regularem o setor.

Parágrafo 5º - O auxílio de assistência à saúde de caráter indenizatório será pago, exclusivamente, ao titular que contratar planos de assistência à saúde cadastrados pelas empresas credenciadas junto à NAV Brasil, observados os parâmetros dos normativos da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e Administração de Participações Societárias da União.

Parágrafo 6º - A Administradora credenciada encaminhará à NAV Brasil, mensalmente, a relação dos beneficiários adimplentes habilitados ao recebimento do auxílio de assistência à saúde de caráter indenizatório.

Parágrafo 7º - Não haverá o ressarcimento em caso de adesão a plano de assistência à saúde, que não seja contratado diretamente pelo titular e que não esteja de acordo com o parágrafo 5º.

Parágrafo 8º - O auxílio de assistência à saúde de caráter indenizatório ainda será garantido nas seguintes hipóteses:

- a) nos períodos de férias;
- b) nos períodos de licença maternidade e de licença paternidade;
- c) nos períodos de licença médica a cargo da NAV Brasil;



d) pelo período de auxílio-doença iniciado após 30 de abril de 2009, bem como, os casos assegurados com base no Acordo Coletivo de Trabalho que se encerrou em 30 de abril de 2009;

e) por todo o período de auxílio-doença por acidente do trabalho com emissão de CAT reconhecido pelo INSS, ou judicialmente, contados da data do início do respectivo benefício;

f) nos casos de aposentadoria por invalidez, cujos valores a serem ressarcidos serão de acordo com a tabela 2 do Parágrafo 12º dessa Cláusula.

Parágrafo 9º - Em caso de falecimento do(a) empregado(a) da NAV Brasil, membro da Diretoria Executiva, contratado(a) para o exercício exclusivo de cargo em comissão e aposentado(a), fará jus ao auxílio de assistência à saúde de caráter indenizatório o(s) pensionista(s) habilitado(s), enquanto estiver (em) na condição de pensionista do Órgão Oficial da Previdência Social e/ou Infraprev, sendo vedada a inclusão de novos dependentes nesta categoria de beneficiários.

Parágrafo 10º - O pagamento do auxílio de assistência à saúde de caráter indenizatório será efetuado em folha de pagamento para os titulares ativos e para os (as) ex-empregados (as) aposentados e pensionistas em conta corrente, conforme a tabela prevista no Parágrafo 12.

Parágrafo 11º - Não farão jus ao auxílio de assistência à saúde de caráter indenizatório:

a) empregados (as) desligados (as) ou exonerados (as), ressalvadas a hipótese prevista no Parágrafo 3º desta Cláusula;

b) suspensão do contrato de trabalho, ressalvados as hipóteses constantes nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e” e “f”, do Parágrafo 8º, desta Cláusula;

c) licença sem remuneração;

d) ex-empregados (as) da NAV Brasil aposentados (as) e seus dependentes que não aderiram ao Programa de Assistência à Saúde vigente, até a data de assinatura deste Acordo;

e) ex-empregados (as) da NAV Brasil aposentados (as), que não optaram pela continuidade do benefício de assistência à saúde, juntamente com seu cônjuge ou companheiro(a), na forma do Parágrafo 3º desta Cláusula;

f) quando o beneficiário usufruir de plano de saúde custeado, mesmo que parcialmente, com recursos provenientes da União;

g) nos casos de cassação de aposentadoria;

h) pelo cancelamento voluntário da adesão, solicitado pelo titular;

i) no caso de falecimento, com exceção do disposto no Parágrafo 9 desta Cláusula;

j) quando o(a) empregado(a) estiver cedido e optar pelo recebimento do benefício de assistência à saúde do órgão cessionário;



k) quando deixar de atender às condições de dependência estabelecida no Parágrafo 1º desta Cláusula; e

l) por fraude ou inadimplência.

Parágrafo 12º - Os valores máximos de ressarcimento do auxílio de assistência à saúde de caráter indenizatório serão efetuados ao titular, conforme tabelas a seguir. No caso de contratação de plano com valor inferior, será ressarcido o valor do plano contratado.

FAIXA ETÁRIA	VALORES (R\$)			
	ATÉ 10.000,00	DE 10.000,01 A 15.000,00	DE 15.000,01 A 20.000,00	ACIMA DE R\$ 20.000,01
0 a 18 anos	234,43	168,93	142,96	121,92
19 a 23 anos	347,30	250,25	211,79	180,62
24 a 28 anos	404,48	291,47	246,67	210,35
29 a 33 anos	448,02	322,85	273,22	233,02
34 a 38 anos	496,50	357,77	302,79	258,22
39 a 43 anos	539,91	389,06	329,24	280,80
44 a 48 anos	609,31	439,04	371,57	316,89
49 a 53 anos	710,85	512,12	433,37	369,61
54 a 58 anos	887,93	639,83	541,48	461,81
59 anos ou mais	1404,36	1011,98	856,41	730,38

Tabela 4: Valores de ressarcimento para empregados ativos e seus dependentes, exceto Pai e Mãe (em Reais - R\$).

FAIXA ETÁRIA	SUBSÍDIO
0 a 18 anos	96,62
19 a 23 anos	143,14
24 a 28 anos	166,71
29 a 33 anos	184,65
34 a 38 anos	204,63
39 a 43 anos	222,52
44 a 48 anos	251,12
49 a 53 anos	292,89
54 a 58 anos	365,97
59 anos ou mais	578,80

Tabela 5: Valores de ressarcimento para ex-empregados aposentados e seus dependentes, exceto Pai e Mãe (em Reais - R\$).

Parágrafo 13º - Não haverá o pagamento do auxílio de assistência à saúde de caráter indenizatório na coparticipação dos procedimentos realizados, mas somente da parcela correspondente à mensalidade do beneficiário.

Parágrafo 14º - Os (as) empregados (as) admitidos a partir da data da assinatura desse acordo, não farão jus ao auxílio de assistência à saúde de caráter indenizatório pela NAV Brasil após o seu desligamento.

Parágrafo 15º - O benefício será oferecido exclusivamente por meio do auxílio de assistência à saúde de caráter indenizatório de que trata esta Cláusula.



Parágrafo 16º - Da inclusão dos beneficiários para recebimento do auxílio de assistência à saúde de caráter indenizatório:

- a) A inclusão de beneficiários será facultativa e far-se-á a pedido, mediante manifestação expressa perante a NAV Brasil e a Administradora do plano de assistência à saúde;
- b) É voluntária a inscrição de qualquer beneficiário em plano de assistência à saúde de que trata esta Cláusula;
- c) A inclusão far-se-á a pedido do titular, observando que o recebimento da primeira parcela do auxílio ocorrerá de acordo com a informação do arquivo de adimplência das administradoras e respeitado o seguinte cronograma:

PERÍODO DE INSCRIÇÃO	VIGÊNCIA DA COBERTURA ASSISTENCIAL
1º ao 15º dia do mês	A partir do primeiro dia do mês subsequente
16º ao 30º dia do mês	A partir do primeiro dia do 2º mês subsequente

Tabela 6: Vigência da cobertura conforme período de inscrição.

- d) Os aposentados da NAV Brasil e seus dependentes que já estiverem ativos no auxílio assistência à saúde, na data da celebração do contrato, disporão do prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do termo de credenciamento assinado com a Administradora de Benefícios, para solicitarem as suas inclusões e dos seus dependentes, ficando isentos de carência, para usufruírem dos serviços contratados. Após este prazo, os beneficiários cumprirão as carências estabelecidas na legislação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);
- e) Os empregados que ingressarem na NAV Brasil após a data da celebração do contrato, disporão do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que entrarem em exercício, para solicitarem a sua inclusão e dos seus dependentes, ficando, nesse caso, isentos de carência para usufruírem os serviços abrangidos. Após este prazo, os beneficiários cumprirão as carências estabelecidas na legislação da ANS.
- f) Os pensionistas que adquirirem essa condição após a data da celebração do contrato, disporão do prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da habilitação, para solicitarem a sua inclusão, ficando, nesse caso, isentos de carência para usufruírem os serviços abrangidos.
- g) O(s) pensionista(s) terá(ão) o prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar sua opção quanto ao recebimento do auxílio de assistência à saúde de caráter indenizatório por meio de formulário de solicitação específica, anexando o termo de requerimento de pensão junto ao INSS. (Anexo V).
- h) Caso não haja manifestação no prazo máximo de 30 (trinta) dias, extingue-se o direito ao auxílio de assistência à saúde.
- i) O(s) pensionista(s) terá(ão) o prazo de 12 (doze) meses para enviar a carta de concessão de pensão emitida pelo INSS. Durante esse prazo, fica autorizada a permanência no contrato com uma das administradoras credenciadas, contudo sem o recebimento do auxílio saúde.
- j) O auxílio saúde será pago ao pensionista de forma retroativa à data da concessão da pensão no documento emitido pelo INSS.



k) Para fins de ressarcimento ao pensionista habilitado pelo Órgão Oficial da Previdência Social e/ou Infraprev, serão considerados os valores previstos na tabela de aposentados conforme Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) vigente.

l) Os dependentes que adquirirem essa condição após a inclusão do beneficiário titular (por casamento, nascimento, adoção, guarda ou reconhecimento de paternidade) terão o prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o fato gerador, para serem incluídos no plano de assistência médico-hospitalar, sob pena do cumprimento das carências previstas na legislação da ANS;

m) É assegurada a inclusão dos dependentes que adquirirem essa condição por casamento, nascimento, adoção de filho menor de 12 (doze) anos, guarda ou reconhecimento de paternidade após a inclusão inicial de empregados (as) ativos (as), que terão o prazo máximo de 30 (trinta) dias, ininterruptos, a contar do fato gerador, para serem incluídos no benefício auxílio de assistência à saúde de caráter indenizatório, sob pena do cumprimento da carência prevista na legislação da ANS:

i. do recém-nascido, filho natural ou adotivo do(a) empregado(a), isento do cumprimento dos períodos de carência já cumpridos pelo empregado, desde que a inscrição ocorra no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o evento;

ii. do filho adotivo, menor de 12 (doze) anos, com aproveitamento dos períodos de carência já cumpridos pelo empregado, ativo ou inativo, adotante;

iii. fica sujeita às carências previstas na legislação da ANS, a reinclusão de usuários, de qualquer natureza, cuja exclusão tenha sido solicitada pelo empregado, ou por perda da condição de dependente, salvo quando solicitada a inclusão, pelo empregado, até 30 (trinta) dias após a perda da condição de dependente.

n) No caso de cancelamento do plano de saúde contratado pelo aposentado/pensionista, por qualquer motivo, o prazo para reinclusão ou nova adesão junto à Administradora de benefícios será de 60 (sessenta) dias, observadas as regras de carência. Após esse período o titular não poderá fazer a adesão aos planos de saúde ofertados pelas Administradoras de Benefícios e não terá direito ao auxílio ressarcimento.

Parágrafo 17º - Da exclusão dos beneficiários para recebimento do auxílio de assistência à saúde de caráter indenizatório:

a) A exclusão do beneficiário titular implicará necessariamente na exclusão de todos os seus dependentes;

b) A exclusão do titular e demais beneficiários a ele vinculados, bem como dos pensionistas do plano de assistência à saúde dar-se-á pela ocorrência de evento ou ato que implique na suspensão, mesmo que temporária, de seus vencimentos, a partir do primeiro dia do mês subsequente em que ocorreu o fato gerador da exclusão, nas seguintes hipóteses:

i) empregados desligados ou exonerados, ressalvadas a hipóteses previstas no Parágrafo 11;

ii) suspensão do contrato de trabalho, ressalvadas as hipóteses abaixo:

ii.i. nos períodos de licença maternidade e de licença paternidade;



- ii.ii. nos períodos de licença médica a cargo da NAV Brasil;
 - ii.iii. por todo o período de auxílio-doença, inclusive os por acidente do trabalho com emissão de CAT reconhecido pelo INSS, ou judicialmente, contados da data do início do respectivo benefício;
 - ii.iv. cassação de aposentadoria;
 - ii.v. cancelamento voluntário da inscrição, solicitado pelo titular;
 - ii.vi. falecimento;
 - ii.vii. quando o empregado estiver cedido e optar pelo recebimento do benefício de assistência à saúde do órgão cessionário;
 - ii.viii. quando deixar de atender às condições de dependência estabelecida no Parágrafo 1º desta Cláusula; e
 - ii.ix. por fraude ou inadimplência.
- c) É da responsabilidade do beneficiário titular solicitar, formalmente, à Administradora de Benefícios e à NAV Brasil, por intermédio de formulário próprio, a exclusão de seus dependentes, quando cessarem as condições de dependência;
- d) Na hipótese de falecimento do titular, dependente ou agregado o pagamento do auxílio de assistência à saúde de caráter indenizatório será efetuado de forma proporcional até o dia do evento;
- e) O beneficiário titular excluído será responsável pela devolução imediata de sua identificação, bem como da de seus dependentes, à NAV Brasil ou a Administradora de Benefícios;
- f) No caso de licença sem remuneração, afastamento legal ou em caso de suspensão temporária de remuneração ou proventos, o(a) empregado(a) será excluído(a), juntamente com os demais beneficiários a ele vinculados, no benefício de auxílio de assistência à saúde de caráter indenizatório, podendo optar por permanecer no plano de saúde, devendo assumir integralmente, durante o período da licença, afastamento ou suspensão, o respectivo custeio das despesas;
- g) As hipóteses abaixo discriminadas constituem exclusões, as quais terão o pagamento do auxílio de assistência à saúde de caráter indenizatório efetuado até a data da comunicação do evento pelo beneficiário titular:
- i. separação judicial ou divórcio;
 - ii. cancelamento de união estável;
- h) Caberá ao beneficiário titular entregar à NAV Brasil o formulário de exclusão;
- i) A não observância do item anterior desobriga a Administradora credenciada de efetuar a exclusão retroativa, devendo beneficiário titular arcar com os valores devidos; e



j) No caso dos dependentes legais, filhos ou enteados, que porventura percam a condição de estudante por ocasião do término da faculdade ou quando completarem 24 (vinte e quatro) anos, a exclusão ou transferência para a condição de dependente especial será efetuada no mês subsequente ao da data do evento.

Parágrafo 18º - Quando houver mudança na faixa etária e/ou de remuneração do beneficiário que implique em reenquadramento, das tabelas constantes do Parágrafo 12 desta Cláusula, a alteração vigorará a partir do mês subsequente ao do evento.

Parágrafo 19º - O pagamento das mensalidades do Plano de Assistência à Saúde contratado junto às Administradoras credenciadas, é de responsabilidade exclusiva do beneficiário, podendo ser realizado mediante consignação em folha de pagamento, autorização de débito em conta corrente a ser indicada no ato de adesão pelo beneficiário, por meio de boleto bancário ou outra modalidade a ser oferecida pela Credenciada.

Parágrafo 20º - O ex-empregado, desligado ou exonerado da NAV Brasil, exceto o desligado por justa causa, poderá optar pela continuidade do plano de saúde juntamente com seus dependentes, no período de 1/3 (um terço) do tempo de permanência conjunta na Infraero e NAV Brasil, com o mínimo assegurado de 6 (seis) meses e o máximo de 24 (vinte e quatro) meses desde que assuma o pagamento integral.

a) O prazo para manifestação pelo ex-empregado junto à administradora de benefícios será de 30 (trinta) dias a contar da data do desligamento da NAV Brasil.

CLÁUSULA 47ª - PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

A NAV Brasil providenciará o auxílio odontológico de caráter indenizatório, mediante reembolso no valor máximo de R\$ 44,78 (quarenta e quatro reais e setenta e oito centavos) por beneficiário, destinados a:

- a) empregados(as) da NAV Brasil;
- b) contratados(as) para exercer cargos exclusivamente comissionados; e
- c) dependentes legais, conforme estipulado no parágrafo 5º desta Cláusula.

Parágrafo 1º - O reembolso de caráter indenizatório será concedido exclusivamente, ao titular que contratar planos de assistência odontológica individual ou coletivo autorizados pela ANS, incluindo aqueles eventualmente disponibilizados pela representação sindical da categoria de proteção ao voo.

Parágrafo 2º - Caso o plano contratado tenha valor inferior ao estipulado no caput desta Cláusula, o reembolso será equivalente ao valor do plano contratado.

Parágrafo 3º - Serão considerados como dependentes do(a) titular:

- a) cônjuge ou companheiro(a) designado(a), que comprove união estável como entidade familiar com declaração cartorial, ou que tenha filhos(as) em comum;
- b) filhos(as) solteiros(as) até 21 anos, 11 meses e 29 dias de idade;



- c) filhos(as) solteiros(as), com mais de 21 anos, 11 meses e 29 dias até completar 24 anos, 11 meses e 29 dias, comprovadamente frequentando cursos de graduação e pós-graduação, strictu sensu (mestrado e doutorado), sem economia própria;
- d) os(as) filhos(as) inválidos de qualquer idade, sem economia própria, inclusive os diagnosticados em qualquer espectro do autismo;
- e) os(as) enteados(as), nas mesmas condições impostas para filhos(as);
- f) o menor tutelado(a) e/ou sob guarda judicial, mesmo que provisória, sem economia própria;
- g) o(a) menor solteiro(a) de até 21 anos sem economia própria, que mediante autorização judicial ou justificativa de dependência econômica devidamente homologada judicialmente, viva na companhia e expensas do(a) empregado(a) e conste de sua Declaração de Imposto de Renda.

CLÁUSULA 48ª - AUXÍLIO CRECHE

A NAV Brasil concederá Auxílio Creche/Pré-escola ao(a) empregado(a) que tenha filho(a), enteado(a) ou menor sob sua guarda, mesmo que provisória, tutela ou curatela, em conformidade com os valores de reembolso definidos para as faixas etárias adiante enumeradas, a partir da assinatura deste Acordo, ressalvando o disposto nos parágrafos 1º, 2º e 3º desta Cláusula.

FAIXAS ETÁRIAS	VALORES	PARTICIPAÇÃO
	DE MAIO/2025 A ABRIL/2026	
de 0 a 2 anos	R\$ 492,11	Isento
de 2 anos e 1 dia a 6 anos, 11 meses e 29 dias	R\$ 492,11	Com participação

Tabela 7: Valores de ressarcimento do auxílio-creche.

Parágrafo 1º - Para a empregada mãe que tenha filho(a) na faixa etária entre zero e 6 (seis) anos 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, a NAV Brasil concederá o Auxílio Creche mensal de até R\$ 492,11 (quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), isenta de participação nos custos deste benefício.

Parágrafo 2º - O(a) empregado(a) que comprovar, por meio de atestado médico, que tenha filho(a) diagnosticado em qualquer espectro do autismo, com deficiência, incapaz para o trabalho, conforme disposto no Decreto nº 3.298/1989, e pessoas nestas mesmas condições vivendo sob sua dependência econômica, mediante tutela ou curatela, fará jus ao valor mensal do reembolso do Auxílio Creche/Pré-escola ou do auxílio babá/cuidador, de até R\$ 492,11 (quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), sem limite de idade e isento de participação.



Parágrafo 3º - O(a) empregado(a) que comprovar o pagamento de serviços prestados pela babá do (s) seu (s) filhos (as), na faixa etária entre zero a 6 (seis) anos 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, mediante: o registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social; o recibo do pagamento; e o recolhimento dos valores devidos ao INSS, fará jus ao reembolso dos valores pagos, respeitado o limite máximo mensal R\$ 492,11 (quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), não cumulativo com o benefício do Auxílio Creche/Pré-escola de que trata esta Cláusula, vedada a contratação de pais e avós do(a) dependente para efeito desta Cláusula, bem como a acumulação de valores no caso de uma só babá, para mais de um dependente.

Parágrafo 4º - O pagamento do auxílio previsto nesta Cláusula não será interrompido no período de férias, licença maternidade, licença remunerada pela Empresa, licença por auxílio-doença até 2 (dois) anos de afastamento e pelo período em que o(a) empregado(a) estiver em auxílio-doença por acidente do trabalho, respeitado os limites de idade dos beneficiários estabelecidos para Auxílio Creche/Pré-escola e auxílio babá/cuidador.

Parágrafo 5º - Quando ambos os cônjuges forem empregados da NAV Brasil, o reembolso de que trata esta Cláusula não será cumulativo, obrigando o(a) empregado(a) a designar por escrito à Empresa o cônjuge que deverá receber o benefício.

Parágrafo 6º - Entende-se, para efeito desta Cláusula, filho(a) com deficiência, o deficiente mental, o deficiente físico, conforme disposto no Decreto nº 3.298/1989, que requeiram educação especial ou que estejam devidamente matriculados em escola inclusiva ou regular.

Parágrafo 7º - Sobre o valor do reembolso com participação do(a) empregado(a) aplicar-se-á Tabela de Participação constante da Cláusula 56 deste Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo 8º - O(a) empregado(a) terá até o dia 31 de janeiro de cada ano para garantir o reembolso do Auxílio de que trata esta Cláusula, não recebido no exercício anterior, mediante a apresentação do comprovante necessário para o reembolso, devidamente protocolado na plataforma digital de serviços de RH da NAV Brasil.

CLÁUSULA 49ª - MATERIAL ESCOLAR

A NAV Brasil, com a responsabilidade social na formação escolar dos filhos de seus(suas) empregados(as), concederá um auxílio para aquisição de material escolar, no mês de janeiro de cada ano, a cada dependente do(a) empregado(a) enquadrado da categoria padrão C/12 à categoria padrão E/20 e não ocupante de Função de Confiança, no valor de R\$ 214,91 (duzentos e quatorze reais e noventa e um centavos), desde que comprovado que o dependente esteja matriculado até o ensino fundamental e que até 31 de janeiro do ano correspondente à aquisição do auxílio de que trata esta Cláusula não tenha completado 15 anos de idade, respeitado o valor máximo de reembolso de R\$ 644,73 (seiscentos e quarenta e quatro reais e setenta e três centavos) para cada empregado(a) beneficiado(a). A aplicação desta cláusula ao novo PCS terá como referência os valores salariais das respectivas categorias do PCCS constantes no Caput.

Parágrafo 1º - O auxílio de que trata esta cláusula será pago ao(à) empregado(a) na forma de reembolso, mediante apresentação dos comprovantes de aquisição do material escolar, podendo apresentar a documentação até 30 de abril do ano correspondente à aquisição do auxílio.



Parágrafo 2º - No caso do cônjuge do(a) empregado(a) ser também empregado(a) da NAV Brasil, só a um dos cônjuges será reembolsado o benefício.

Parágrafo 3º - Os(as) empregado(as) promovidos(as) por antiguidade ou por merecimento até 31 de dezembro de cada ano e que já vinham sendo beneficiados por esta Cláusula, continuarão fazendo jus ao auxílio escolar em janeiro do ano subsequente, podendo apresentar a documentação até 30 de abril do ano correspondente à aquisição do auxílio.

CLÁUSULA 50ª - ASSISTÊNCIA JURÍDICA

A NAV Brasil promoverá, nos termos da Norma Interna específica expedida pela empresa, assistência jurídica a dirigente, ex-dirigente, empregado(a) e ex-empregado(a) envolvido em inquéritos, procedimentos administrativos e/ou ações judiciais decorrentes de atos praticados no exercício de suas atribuições institucionais, legais ou regulamentares, no interesse público, especialmente da Empresa.

CLÁUSULA 51ª - VALE TRANSPORTE

A NAV Brasil concederá aos(às) empregados(as), onde houver transporte coletivo, o Vale Transporte assegurado em Lei, mediante termo de adesão firmado pelo(a) empregado(a) observada a participação deste conforme Tabela de Participação constante da Cláusula 56, e as disposições contidas a seguir.

Parágrafo 1º - Na participação do(a) empregados(a) no custo mencionado no Caput desta Cláusula, a partir da assinatura deste Acordo, será considerado o valor médio das tarifas de transportes utilizadas pelo empregado.

Parágrafo 2º - Na utilização de transporte da NAV Brasil, ou por ela fretado, aplicar-se-á a mesma Tabela de Participação constante da Cláusula 56 deste Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo 3º - O Vale Transporte será concedido ainda nos seguintes casos:

- a) quando o(a) empregados(a), para o exercício de suas atividades, for obrigado(a) a se deslocar, sem o recebimento de Diárias de Viagens, para participar de reuniões, treinamentos e reciclagens, não integrante dos programas de ensino fundamental, médio e superior, pós-graduação e língua estrangeira;
- b) quando o(a) empregados(a), para o exercício de suas atividades, for obrigado(a) a se deslocar, sem o recebimento de Diárias de Viagens, para participar de exames médicos periódicos, ou tiver que se deslocar para realizar exame médico exigido pela NAV Brasil durante seu horário de trabalho;
- c) no deslocamento do empregado(a) para realizar serviços extraordinários, não abrangidos nas alíneas anteriores e que não tenha sido fornecido transporte pela empresa;
- d) quando o(a) empregado(a) vier a ser cedido para prestar serviços a outros órgãos, com ônus para a NAV Brasil, desde que não utilize sistema de transporte ou de Vale Transporte fornecidos pelo órgão requisitante;



e) no dia da ida e do retorno da viagem a serviço, com ou sem recebimento de Diárias de Viagens;

f) quando o(a) empregado(a) tiver que se deslocar para o trabalho nos dias de sua folga ou repouso;

g) a NAV Brasil fornecerá vale transporte ou passagem, com a participação do(a) empregado(a), para outros meios de transporte coletivo legalizados, que não apresentam as características semelhantes ao transporte urbano, desde que seja a única opção ou a mais econômica, limitada à distância de 150 (cento e cinquenta) km. Os casos excepcionais, não abrangidos por esta alínea, serão analisados individualmente pela Empresa.

Parágrafo 4º - A NAV Brasil envidará esforços para efetuar a entrega dos Vales-Transportes aos(às) empregados(as) até o 5º dia útil do mês de utilização, sendo que, nos casos previstos nas alíneas "a", "b", "c", "e", e "f", do parágrafo 3º, o(a) empregado(a) beneficiário(a) receberá os correspondentes Vales no mês subseqüente ao do respectivo deslocamento.

Parágrafo 5º - O(a) empregado(a) que utiliza Vale Transporte passará a atualizar seu endereço e o percurso com transporte para o local de trabalho e vice-versa, a cada período de 12 (doze) meses, sob pena de suspensão da concessão dos vales de que trata esta Cláusula enquanto não houver a atualização.

Parágrafo 6º - A NAV Brasil concederá o benefício Vale Transporte por meio de empresa contratada que efetuará a gestão, contemplando: sugestão de itinerário para os empregados, a aquisição dos vales junto às empresas operadoras do sistema, separação, empacotamento e entrega em todas as regiões Federativas do Brasil, com ou sem dependências da NAV Brasil bem como gerenciamento do saldo dos cartões dos empregados, no caso de vale transporte na modalidade eletrônica.

CLÁUSULA 52ª - AUXÍLIO FUNERAL

A NAV Brasil garantirá ao(à) empregado(a) e/ou seus dependentes, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da entrega da documentação legal, o reembolso de despesas com Auxílio Funeral, de até R\$ 10.295,05 (dez mil e duzentos e noventa e cinco reais e cinco centavos), em caso de falecimento do(a) empregado(a) ou de seus dependentes ocorrido a partir da data da assinatura deste Acordo.

Parágrafo 1º - Considerar-se-á dependente do(a) empregado(a), para efeito deste benefício:

a) o cônjuge ou companheiro(a), de mesmo sexo ou não, que comprove união estável como entidade familiar com declaração cartorial, ou que tenha filhos(as) em comum;

b) filho(a) solteiro(a), e/ou menor sob guarda ou tutela do(a) empregado(a);

c) enteado(a) solteiro(a), sob responsabilidade do cônjuge ou companheiro(a) do(a) empregado (a);

d) filho(a) inválido(a), incapaz para o trabalho, sem limite de idade;



e) pai e mãe do(a) empregado(a).

Parágrafo 2º - O reembolso referente a falecimento ocorrido antes da data constante do Caput desta cláusula respeitará o valor vigente na respectiva data do falecimento.

Parágrafo 3º - Haverá participação do(a) empregado(a), exceto no caso de seu próprio falecimento, no valor reembolsado pela Empresa, conforme Tabela de Participação constante da Cláusula 56 deste Acordo Coletivo de Trabalho.

CLÁUSULA 53ª - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

A NAV Brasil continuará assegurando a Apólice Básica do Seguro de Vida em Grupo aos empregados, por meio de empresa contratada, sem custo para os(as) empregados(as).

Parágrafo Único - O valor referente à apólice complementar é opcional para o(a) empregado(a), que poderá ser contratado diretamente com a Seguradora contratada pela NAV Brasil, sendo que o custo integral será pago diretamente à seguradora contratada.

CLÁUSULA 54ª - TRANSPORTE DE SOCORRO

Em caso de acidente, mal súbito ou parto, desde que tais ocorrências aconteçam durante a jornada de trabalho ou em decorrência desta, mesmo quando não esteja em seu local original de trabalho, a NAV Brasil acionará de imediato os serviços de emergência médica.

Parágrafo Único - Nas Dependências onde houver ambulância, esta poderá ser utilizada para transporte dos(as) empregados(as) da NAV Brasil, em caso de emergência.

CLÁUSULA 55ª - AUXÍLIO COMBUSTÍVEL

A NAV Brasil concederá ao(à) empregado(a), que não exercer o direito ao recebimento do vale transporte ou à utilização de transporte fornecido pela Empresa, o direito a opção por receber ajuda de custo combustível, no valor de R\$ 342,63 (trezentos e quarenta e dois reais e sessenta e três centavos), a partir da data de assinatura deste Acordo.

Parágrafo 1º - O(a) empregado(a) que exerce o direito ao recebimento do vale transporte ou à utilização de transporte fornecido pela Empresa, poderá, em caso de desistência, optar pelo recebimento do auxílio combustível, que será viabilizado pela NAV Brasil a partir do mês subsequente ao da opção.

Parágrafo 2º - Sobre o valor do auxílio combustível haverá a participação do(a) empregado(a) à base de 4% (quatro por cento).

Parágrafo 3º - Nos afastamentos do(a) empregado(a) em decorrência de faltas ao trabalho, licença gestante e licença médica com remuneração por parte de Empresa, será mantida a concessão do benefício.

Parágrafo 4º - Nos afastamentos do(a) empregado(a) em decorrência de férias, a concessão do benefício será proporcional aos dias trabalhados no mês, sem prejuízo do adicional de férias, à base de 1/12 (um doze avos) dos valores percebidos durante o respectivo período aquisitivo das férias.



Parágrafo 5º - Nos afastamentos decorrentes de auxílio-doença ou de acidente do trabalho, ou qualquer outro tipo de caracterização de suspensão do contrato de trabalho, a concessão do benefício será proporcional aos dias trabalhados pelo empregado no respectivo mês.

CLÁUSULA 56ª - TABELA DE PARTICIPAÇÃO

Para efeito de participação no custeio dos benefícios concedidos pela NAV Brasil, a título de Auxílio Creche, Programa de Alimentação do Trabalhador, Programa de Vale Transporte, Auxílio Odontológico e Auxílio Funeral aplicar-se-á a seguinte tabela de participação que levará em consideração, também, o valor da Função de Confiança ou Cargo em Comissão exercido pelo(a) empregado(a):

FAIXA SALARIAL			PARTICIPAÇÃO (%)
DE	ATÉ	RG ou FG + QCR	
C/P C 12	C/P A 22	-	4%
C/P A 23	C/P A 38	-	8%
C/P A 39	C/P B 59	9 - 10 - 11 - 12 - 13	15%
C/P B 60	C/P D 84	1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8	20%

Tabela 8: Participação no custeio dos benefícios concedidos.

Parágrafo Único - A aplicação desta cláusula ao novo PCS terá como referência os valores salariais das respectivas categorias constantes na tabela do caput.

CLÁUSULA 57ª - PARCEIRO(A) DO MESMO SEXO

A NAV Brasil continuará assegurando ao(à) parceiro(a) do mesmo sexo, considerando-o(a) para todos os fins como companheiro(a), os benefícios constantes do presente Instrumento, desde que declarado pelo empregado(a) em escritura cartorial, que deverá ser entregue na Ferramenta de gestão de demandas.

CLÁUSULA 58ª - DOS DIREITOS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O tratamento dos dados pessoais dos(as) empregados(as) deverá(ão) observar a conformidade legal, considerando o previsto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018).

CLÁUSULA 59ª - GARANTIA DE SEGURANÇA

A responsabilidade pelas providências necessárias pela não execução e/ou interrupção de atividades consideradas de risco iminente aos(as) empregados(as) será atribuída, sem caráter de exclusividade: ao chefe imediato do local da ocorrência, ao SESMT e à CIPA.

Parágrafo Único - Não será permitido submeter o empregado a qualquer sanção disciplinar, caso ele se recuse a realizar trabalho por ausência das condições de segurança, quando comprovado pelo SESMT e, na sua falta, pela CIPA.



CLÁUSULA 60ª - UNIFORMES, EPI E COMPLEMENTOS

Os uniformes exigidos pela NAV Brasil serão gratuitamente por ela fornecidos, condizentes com as condições climáticas predominantes do local de lotação, exceto no caso de extravio ou mau uso pelo(a) empregado(a), desde que apurado por procedimento administrativo próprio com direito a ampla defesa e ao contraditório.

Parágrafo 1º - A NAV Brasil fornecerá gratuitamente Equipamento de Proteção Individual - EPI, de acordo com as especificações da Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego e com o Programa de Gerenciamento de Risco - PGR da Empresa, em perfeito estado de conservação e funcionamento, adequado ao risco ambiental.

Parágrafo 2º - O(a) empregado(a) será treinado(a), no início do efetivo exercício de suas atribuições, por meio da chefia imediata e com o apoio da área de segurança do trabalho, tomando conhecimento dos riscos e das medidas preventivas que estará exposto, para efetuar e manter os registros necessários às eventuais consultas dos órgãos interessados.

Parágrafo 3º - Faculta-se ao(à) empregado(a) comunicar à chefia imediata, à área de segurança do trabalho ou à CIPA, se o EPI utilizado atende as suas necessidades de adaptação, para o exercício de suas funções, devendo os responsáveis tomar as providências cabíveis, inclusive, se for o caso, orientarem ao empregado quanto à solução do problema identificado.

Parágrafo 4º - Enquanto o(a) empregado(a) no exercício de suas atividades estiver exposto(a) aos raios solares, a céu aberto, a NAV Brasil disponibilizará protetor solar, com fator de proteção solar número 50 (cinquenta) "creme ou gel", por meio de instrumento que permita o uso coletivo do dos (as) empregados (as) no respectivo local de trabalho.

CLÁUSULA 61ª - PERÍCIAS TÉCNICAS

A caracterização ou descaracterização das atividades e/ou áreas insalubres ou perigosas serão realizadas por meio de perícia técnica, nos termos do artigo 195 da Consolidação das Leis do Trabalho. A NAV Brasil procurará priorizar o uso de profissionais da própria Empresa, permitindo acompanhamento por outros profissionais especializados indicados pelo SNTPV.

Parágrafo 1º - Em sendo constatadas, por perícia técnica, condições de periculosidade ou de insalubridade, o adicional correspondente será pago.

Parágrafo 2º - Para efeito do cálculo do adicional de insalubridade, considerar-se-á o valor do salário da Categoria "C" Padrão 12, da Tabela de Salários do PCCS em vigor, ou de outro que vier substituí-lo, reajustado com os índices que vierem a ser concedidos à categoria durante a vigência deste Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo 3º - A NAV Brasil anotar-á, obrigatoriamente, na Carteira de Trabalho e Previdência Social do(a) empregado(a), a condição de trabalho em área insalubre ou periculosa, especificando a data de início e de término.



Parágrafo 4º - Ocorrendo mudanças do(a) empregado(a), em suas atividades e/ou área de trabalho, periculosa ou insalubre, definidas no último Laudo Pericial da respectiva Dependência, caberá aos profissionais de Segurança e Saúde no Trabalho da NAV Brasil, acompanhar e propor a inclusão ou a exclusão do respectivo adicional devendo ser informado ao empregado e ao SNTPV.

Parágrafo 5º - No caso de mudança de lotação do empregado, será excluído o adicional, devendo ser realizada nova avaliação pelos profissionais de SST da NAV Brasil, para verificação da nova atividade e/ou área do empregado. Caso a nova situação esteja contemplada no último Laudo existente, a NAV Brasil pagará ao empregado, imediatamente, o adicional devido.

Parágrafo 6º - No caso de a Perícia Técnica não ser realizada por empregado da NAV Brasil, os representantes das partes participarão como assistentes técnicos.

CLÁUSULA 62ª - EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS

Os(as) empregados(as) serão submetidos a exames médicos periódicos conforme o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), da respectiva dependência da NAV Brasil, com base nos riscos específicos para cada função.

Parágrafo 1º - A NAV Brasil realizará, na mesma ocasião, os seguintes exames médicos, para os(as) empregados(as) com mais de 40 (quarenta) anos, caso seja solicitado por eles:

- a) antígeno prostático específico, no caso do empregado do sexo masculino;
- b) mamografia ou mamografia digital, para o(a) empregado(a).
- c) vírus HCV – “Hepatite C”, para o(a) empregado(a).

Parágrafo 2º - Os exames complementares exigidos para o diagnóstico médico, assim como os necessários à habilitação e ao desenvolvimento de determinadas atividades na Empresa, serão suportados unicamente pela NAV Brasil.

CLÁUSULA 63ª - INSPEÇÃO DE CONDIÇÕES DE TRABALHO

O delegado sindical ou dirigente do SNTPV poderão realizar visitas periódicas aos locais de trabalho de acordo com as necessidades apuradas pelo representante sindical, acompanhados, preferencialmente, por representante do SESMT, sem prejuízo do exercício de quaisquer atribuições legais e constitucionais da entidade sindical.

Parágrafo 1º - A NAV Brasil deverá ser previamente notificada, por escrito, pelo menos 10 (dez) dias antes da visita, sendo que, cumprida essa formalidade, e não comparecendo o representante do SESMT, não haverá impedimento para a realização da inspeção de que trata esta Cláusula.



Parágrafo 2º - Os(as) empregados(as) e as instituições (CIPA e SNTPV) serão informados das medidas de proteção existentes no PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos), PCA (Programa de Conservação Auditiva) e PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) de cada dependência da NAV Brasil, que, sendo solicitada formalmente pelo SNTPV, fornecerá uma cópia dos documentos citados nesta Cláusula, observados os termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, no prazo de 20 (vinte) dias da data do recebimento do pedido, observados os termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

CLÁUSULA 64ª - PROTEÇÃO À GESTANTE

A NAV Brasil assegurará à empregada gestante, o imediato remanejamento para outro local da mesma Dependência, quando no local original de trabalho possa vir a estar ou que já esteja exposta a quaisquer condições insalubres ou perigosas, devidamente atestado por Médico do Trabalho contratado pela NAV Brasil.

CLÁUSULA 65ª - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO

No caso de acidentes fatais ocorridos nas Dependências da NAV Brasil, o SNTPV deverá ser comunicado imediatamente.

Parágrafo único - Na ocorrência de acidente de trajeto, o SNTPV será comunicado tão logo a NAV Brasil tenha conhecimento do fato.

CLÁUSULA 66ª - LOCAL DE TRABALHO - PRIMEIROS SOCORROS

A NAV Brasil manterá nas Dependências, em lugar apropriado, de fácil acesso e amplamente divulgado, caixa de primeiros socorros, assegurando o treinamento de empregado.

CLÁUSULA 67ª - LICENÇA MÉDICA

A NAV Brasil considerará o(a) empregado(a) em licença médica quando apresentar atestado médico/odontológico emitido por profissional devidamente registrado no Conselho Regional correspondente, na unidade da Federação onde exercer suas atividades profissionais, em formulário próprio ou receituário que contenha:

- a) nome do(a) empregado(a);
- b) número de dias de afastamento, especificando a data de início;
- c) Código Internacional de Doença (CID) correspondente, quando expressamente autorizado pelo(a) empregado (a);
- d) data do atendimento;



e) nome, assinatura e o número de registro no Conselho Regional da categoria do profissional que prestou o atendimento.

Parágrafo único - O atestado médico ou odontológico, devidamente preenchido, deverá ser inserido pelo empregado no sistema de gestão de demandas de RH, no prazo de até 3 (três) dias úteis, a partir da data do afastamento do trabalho, salvo casos excepcionais, a critério da Empresa, os quais não poderão ser considerados como erro de processamento de folha.

CLÁUSULA 68ª - PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA

A NAV Brasil promoverá campanhas educativas e preventivas sobre qualidade de vida, com destaque para: doenças auditivas, violência doméstica, câncer de mama, câncer de próstata, saúde mental, álcool, drogas e hipertensão arterial.

CLÁUSULA 69ª - DA ASSEMBLEIA GERAL DOS TRABALHADORES

As partes reconhecem que a Assembleia Geral é um direito fundamental dos trabalhadores, devendo ser garantida a sua realização e convocação pela entidade sindical.

CLÁUSULA 70ª - GARANTIA DE ACESSO AOS DIRIGENTES SINDICAIS

Assegura-se o acesso dos dirigentes sindicais às dependências da NAV Brasil, para o desempenho de suas funções, vedada a divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva.

Parágrafo 1º - A NAV Brasil autorizará a fixação de quadro de avisos do SNTPV em instalações da Empresa, para comunicados de interesse dos(as) empregados(as), vedados os de conteúdo político-partidário ou ofensivo.

Parágrafo 2º - Caso o acesso do Dirigente Sindical envolva ambientes operacionais, devem ser observadas as disposições constantes nas normas e diretrizes formais emitidas pela Administração Central.

CLÁUSULA 71ª - ESTABILIDADE PROVISÓRIA PARA DIRIGENTES SINDICAIS

O(a) empregado(a) eleito(a) para cargo da Diretoria Executiva, titulares e suplentes, do Conselho Fiscal, titulares e suplentes, do Conselho de Representantes e de Delegado Sindical, titulares e suplentes, do SNTPV, gozará de estabilidade no emprego, a partir do momento do registro de sua candidatura ao respectivo cargo eletivo, e até 1 (um) ano após o final do seu mandato.



Parágrafo 1º - Na ocorrência de renúncia ou perda do mandato por qualquer motivo, perderá a garantia de que trata esta Cláusula o ocupante do cargo eletivo especificado no Caput desta Cláusula.

Parágrafo 2º - Por meio de ofício, se compromete o SNTPV a informar à NAV Brasil a ocorrência de eleição, renúncia ou a exclusão de qualquer membro contemplado com a garantia de que trata esta Cláusula.

CLÁUSULA 72ª - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

A NAV Brasil assegurará a liberação em tempo integral de 05 (cinco) empregados, detentores de mandato eletivo, indicados pelo SNTPV, com ônus para a Empresa.

Parágrafo único - A liberação de empregado que labora em regime de escala de revezamento aguardará a conclusão do processo de substituição do indicado no respectivo local de trabalho, por até 180 (cento e oitenta) dias.

CLÁUSULA 73ª - HOMOLOGAÇÕES DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

A NAV Brasil realizará, junto ao Sindicato, na localidade de lotação do empregado, as homologações de rescisão de contrato de trabalho dos empregados filiados ao SNTPV, que tenham mais de 1 (um) ano de efetivo serviços prestados na Empresa ou na soma do tempo de serviço entre INFRAERO e NAV Brasil, desde que o empregado não manifeste expressamente seu desinteresse na referida homologação.

Parágrafo único - Os(as) empregados(as) que se desligarem da NAV Brasil, cuja(s) rescisão(ões) for(em) homologada(s) junto ao SNTPV, darão quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, salvo ressalva em contrário estipulada no termo de rescisão do contrato de trabalho.

CLÁUSULA 74ª - MENSALIDADE DO SINDICATO

As mensalidades descontadas em folha de pagamento, a favor do SNTPV, serão recolhidas a este sindicato até o 3º (terceiro) dia útil após o pagamento.

Parágrafo 1º - Fica a NAV Brasil autorizada a colher do empregado, se assim concordar, por ocasião da sua admissão na Empresa, a ficha de filiação como associado do SNTPV.

Parágrafo 2º - O(a) empregado(a) que vier associar-se ao SNTPV na forma do Parágrafo 1º poderá desistir do respectivo ato, encaminhando a sua desfiliação ao SNTPV.

Parágrafo 3º - O SNTPV deverá informar a desfiliação de empregado à NAV Brasil até o dia 10 de cada mês, para processamento na folha de pagamento. Ultrapassado este prazo a desfiliação se dará na folha de pagamento do mês subsequente.



Parágrafo 4º - A NAV Brasil se compromete a devolver o arquivo processado das filiações, desfiliações e dos afastamentos dos(as) empregados(as), ao SNTPV, até o dia 16 de cada mês.

CLÁUSULA 75ª - COMPROVAÇÃO DE DESCONTOS

A NAV Brasil encaminhará ao SNTPV, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o desconto, cópia das guias de contribuição sindical, assistencial e confederativa, com a relação nominal dos(as) empregados(as) e respectivas remunerações consideradas na base de cálculo.

CLÁUSULA 76ª - RELAÇÃO DE EMPREGADOS

A NAV Brasil remeterá ao SNTPV, uma vez por ano ou quando por este solicitado, a relação dos(as) empregados(as) pertencentes à categoria, contendo nome, cargo, lotação e e-mail corporativo.

Parágrafo 1º - A NAV Brasil enviará ao SNTPV, mensalmente, o nome dos (as) empregados(as) admitidos(as) e dos(as) desligados(as) no mês anterior.

Parágrafo 2º - Em obediência aos preceitos contidos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018), fica vedado ao SNTPV o compartilhamento com terceiros dos dados contidos no caput e no parágrafo primeiro desta Cláusula.

CLÁUSULA 77ª - CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO SINDICAL

Fica instituída e será válida a contribuição (cota negocial) referida pelo art. 513, alínea “e” da CLT, expressamente fixada neste Acordo Coletivo de Trabalho, aprovada em assembleia sindical dos trabalhadores, convocada e realizada de forma regular e legítima, nos termos do art. 611 e seguintes da CLT, para custeio do sindicato profissional, em decorrência da negociação coletiva trabalhista, a ser descontado pela Empresa no contracheque dos trabalhadores no mês imediatamente subsequente à data da assinatura deste acordo, ressalvado o direito de oposição individual escrita do trabalhador, filiado ou não filiado ao sindicato profissional.

Parágrafo 1º - O valor da contribuição prevista no Caput corresponde à metade (50%) de um único dia de salário do empregado, a ser descontado no mês subsequente ao período para oposição, a seguir descrito.

Parágrafo 2º - Poderá o(a) empregado(a) se opor ao referido desconto, desde que, em prazo não superior a 10 (dez) dias corridos a contar da data de assinatura do presente Acordo Coletivo de Trabalho, envie ao SNTPV por e-mail (secretaria@sntpv.org.br) ou carta registrada sua oposição ao referido desconto.

Parágrafo 3º - O SNTPV enviará relação de oposições ao desconto da taxa negocial à Área de Gestão de Pessoas da NAV Brasil, até 15 dias após a assinatura do ACT.



Parágrafo 4º - A contribuição para custeio sindical descontada em folha de pagamento, em favor do SNTPV, será recolhida ao Sindicato nos termos do parágrafo primeiro, até o 3º (terceiro) dia útil após o pagamento dos salários.

CLÁUSULA 78ª - ABONO DE PARTICIPAÇÃO SINDICAL

A NAV Brasil assegurará a liberação e abonos de faltas dos Delegados Sindicais, membros do Conselho Fiscal e dos membros da Direção do SNTPV, efetivos ou suplentes, quando designados para realizarem Seminários, Encontros Nacionais organizados pelo SNTPV e Assembleias dos empregados a suas respectivas Dependências de lotação, desde que não prejudiquem a operacionalidade do trabalho, observando o seguinte:

Parágrafo 1º - Aos detentores de cargo eletivo do SNTPV de que trata o Caput desta Cláusula, efetivo ou suplente, será assegurado o abono na frequência de 15 (quinze) dias por ano, respeitado o limite máximo de 5 (cinco) dias por mês, para participar de reuniões realizadas pelo SNTPV.

Parágrafo 2º - Para ser deferido o abono de que trata esta Cláusula, o Presidente do SNTPV ou um Diretor Executivo por ele autorizado deverá comunicar ao Comitê de Relações Institucionais e à Dependência de lotação, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

Parágrafo 3º - Anualmente, o SNTPV informará à NAV Brasil a relação dos membros do sindicato, limitada a 08 (oito) empregados do total do efetivo da Empresa, enquadrados no Caput desta Cláusula.

CLÁUSULA 79ª - CIPA - CONSTITUIÇÃO E ELEIÇÃO DE MEMBROS

As Dependências da NAV Brasil enviarão, no prazo de 30 (trinta) dias, à Sede ou às Subsedes do SNTPV, ou aos respectivos representantes sindicais em cada localidade, o edital da eleição e a ata de posse dos empregados eleitos, titulares e suplentes da CIPA.

CLÁUSULA 80ª - CIPA - REUNIÃO

Os membros da CIPA elaborarão o calendário anual de reuniões, contendo data, local e horário, o qual será encaminhado à Superintendência Regional do Trabalho ou Gerência Regional do Trabalho e ao SNTPV.

Parágrafo 1º - Caso necessário, a CIPA poderá rever o calendário que, da mesma forma, será enviado à Superintendência Regional do Trabalho ou à Gerência Regional do Trabalho e ao SNTPV.

Parágrafo 2º - Para preparar a reunião mensal da CIPA, os membros efetivos disporão das 2 (duas) horas livres, precedente à mencionada reunião.



CLÁUSULA 81ª - REGISTRO ELETRÔNICO DE PONTO

Ajustam as partes do presente Acordo, nos termos da Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, do Ministério do Trabalho e Previdência, a possibilidade de adoção de sistemas eletrônicos de controle de jornada de trabalho alternativos, em substituição ao previsto pela Portaria 1.510, de 21/08/2009, dispensando-se a disponibilização do Registrador Eletrônico de Ponto - REP.

Parágrafo 1º - A NAV Brasil dará conhecimento ao SNTPV quando da adoção dos sistemas alternativos, antes de sua implementação.

Parágrafo 2º - Fica acertado entre as partes que os(as) empregados(as) ocupantes de Cargo em Comissão/Função Gratificada poderão ser dispensados(as), a critério da NAV Brasil, do registro de ponto referente à sua jornada de trabalho.

CLÁUSULA 82ª – COMISSÕES PARITÁRIAS

Poderão ser formadas Comissões Paritárias entre a NAV Brasil e o SNTPV para tratar, de forma técnica e institucional, de temas de interesse coletivo que venham a ser acordadas entre as partes.

Parágrafo Único - As Comissões Paritárias serão compostas por 6 (seis) membros, sendo 3 (três) representantes do SNTPV (três titulares e três suplentes) e 3 (três) representantes da NAV Brasil (três titulares e três suplentes).

CLÁUSULA 83ª - DATA-BASE

Fica assegurada, pelo presente Acordo Coletivo de Trabalho, a manutenção da data-base da categoria em 1º de Maio.

CLÁUSULA 84ª - ABRANGÊNCIA DO ACORDO

Este Acordo abrange todos os(as) empregados(as) que tenham contrato de trabalho ativo com a NAV Brasil durante a vigência deste Acordo, inclusive aqueles(as) empregados(as) cedidos(as), ressalvadas as disposições específicas deste Acordo quanto aos ex-empregados, aposentados, pensionistas, seus dependentes legais e demais beneficiários expressamente contemplados em cláusulas específicas.

CLÁUSULA 85ª - DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS

Impõe-se multa, por descumprimento das obrigações de fazer, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário básico, em favor do(a) empregado(a) prejudicado(a).



Parágrafo único – A multa prevista nesta cláusula aplica-se exclusivamente ao descumprimento de obrigações de fazer. Não se aplica, portanto, a obrigações de natureza diversa, tampouco a eventuais controvérsias interpretativas relativas ao conteúdo normativo das demais cláusulas do presente Acordo Coletivo de Trabalho. Interpretações que ampliem o alcance da penalidade de forma genérica a qualquer descumprimento contratual não encontram respaldo na redação expressa da cláusula nem na intenção das partes signatárias.

CLÁUSULA 86ª - MESA DE NEGOCIAÇÃO

A Empresa e o SNTPV se comprometem a voltar a negociar 60 dias antes da data-base de 2027.

CLÁUSULA 87ª - VIGÊNCIA

O presente Acordo terá vigência até 30 de abril de 2027.

Parágrafo Único - A NAV Brasil assegurará a retroatividade das cláusulas econômicas, quando da assinatura do presente Acordo Coletivo 2025-2027, desde que assinado até o dia 31 de agosto de 2025.



ANEXO 1 - MODELOS DE ESCALA FLEXÍVEL

1. PREMISSAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO

Somente poderão ser implementados modelos de escala flexível que atendam integralmente às seguintes premissas:

- a) Observância integral da legislação trabalhista vigente;
- b) Conformidade com as normas operacionais do DECEA;
- c) Existência de efetivo operacional suficiente para a execução da proposta; e
- d) Ausência de impacto que implique em aumento de despesas para NAV Brasil.

2. MODELOS DE REVEZAMENTO FLEXÍVEL

2.1 ESCALA 3x2

- a) Descrição: 3 (três) dias consecutivos de trabalho, seguidos de 2 (dois) dias de folga, independente da incidência de labor parcial decorrente de extensão natural de turno de serviço iniciado no dia anterior.
- b) Duração do turno de serviço:
 - 8 horas e 15 minutos;
 - 8 horas e 30 minutos;
 - 8 horas;
 - 7 horas e 15 minutos; e
 - 7 horas.
- c) Intervalo intrajornada: 60 minutos.

2.2 ESCALA 3x1

- a) Descrição: 3 (três) dias consecutivos de trabalho, seguidos de 1 (um) dia de folga, independente da incidência de labor parcial decorrente de extensão natural de turno de serviço iniciado no dia anterior.
- b) Duração do turno de serviço:
 - 6 horas e 15 minutos; e
 - 6 horas.
- c) Intervalo intrajornada: 15 minutos.

2.3 ESCALA 4x2

- a) Descrição: 4 (quatro) dias consecutivos de trabalho, seguidos de 2 (dois) dias de folga, independente da incidência de labor parcial decorrente de extensão natural de turno de serviço iniciado no dia anterior.
- b) Duração do turno de serviço:



- 7 horas.

c) Intervalo intrajornada: 60 minutos.

2.4 ESCALA 2x1x1x1

a) Descrição: 2 (dois) dias consecutivos de trabalho, seguidos de 1 (um) dia de folga, mais 1 (um) dia de trabalho, seguido de mais 1 (um) dia de folga, independente da incidência de labor parcial decorrente de extensão natural de turno de serviço iniciado no dia anterior.

b) Duração do turno de serviço:

- 8 horas e 15 minutos.

c) Intervalo intrajornada: 60 minutos.

2.5 ESCALA 3x3

a) Descrição: 3 (três) dias consecutivos de trabalho, seguidos de 3 (três) dias de folga, independente da incidência de labor parcial decorrente de extensão natural de turno de serviço iniciado no dia anterior.

b) Duração do turno de serviço:

- 9 horas; e
- 8 horas e 45 minutos.

c) Intervalo intrajornada: 60 minutos.

2.6 ESCALA 2x2

a) Descrição: 2 (dois) dias consecutivos de trabalho, seguidos de 2 (dois) dias de folga, independente da incidência de labor parcial decorrente de extensão natural de turno de serviço iniciado no dia anterior.

b) Duração do turno de serviço:

- 9 horas; e
- 8 horas e 40 minutos.

c) Intervalo intrajornada: 60 minutos.

2.7 ESCALA 4x1/3x2

a) Descrição: 4 (quatro) dias consecutivos de trabalho, seguidos de 1 (um) dia de folga, mais 3 (três) dias de trabalho, seguidos de 2 (dois) dias de folga, independente da incidência de labor parcial decorrente de extensão natural de turno de serviço iniciado no dia anterior.

b) Duração do turno de serviço:



- 6 horas e 15 minutos.

c) Intervalo intrajornada: 15 minutos.

2.8 ESCALA 3x2/2x3

a) Descrição: 3 (três) dias consecutivos de trabalho, seguidos de 2 (dois) dias de folga, mais 2 (dois) dias de trabalho, seguidos de 3 (três) dias de folga, independente da incidência de labor parcial decorrente de extensão natural de turno de serviço iniciado no dia anterior.

b) Duração do turno de serviço:

- 9 horas; e
- 8 horas e 45 minutos.

c) Intervalo intrajornada: 60 minutos.

2.9 ESCALA 2x3

a) Descrição: 2 (dois) dias consecutivos de trabalho, seguidos de 3 (três) dias de folga, independente da incidência de labor parcial decorrente de extensão natural de turno de serviço iniciado no dia anterior.

b) Duração do turno de serviço:

- 10 horas e 50 minutos; e
- 11 horas e 50 minutos.

c) Intervalo intrajornada: 120 minutos.

